

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
BOLETINS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

XCII

Letras - n.º 4

ANTÔNIO SOARES AMÓRA
O Nobiliário do Conde D. Pedro
(Sua concepção da história e sua técnica narrativa).



SÃO PAULO, BRASIL
1948

Os Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, são publicados pelas suas diversas secções ou pelos departamentos, que as integram. O presente é órgão da Cadeira de Literatura Portuguesa e destina-se a recolher trabalhos de pesquisa do seu pessoal docente no campo da ciência da literatura.

Tôda a correspondência relativa ao presente boletim deverá ser dirigida ao seguinte endereço:

BOLETIM DE LETRAS — Caixa postal 105-B
São Paulo — Brasil

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BRASIL):

Reitor: Prof. Dr. LINEU PRESTES.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS:

Diretor: Prof. Dr. ASTROGILDO RODRIGUES DE MELO.

CADEIRA DE LITERATURA PORTUGUESA:

Professor: Dr. FIDELINO DE FIGUEIREDO,

1.º Assistente: Dr. ANTÔNIO AUGUSTO SOARES AMORA
(Livre-docente),

Auxiliares: Dr. MANUEL CERQUEIRA LEITE

Lic ADIR FERRAZ VIANA

Lic. SEGISMUNDO SPINA

A Direção dêste Boletim solicita e agradece o estabelecimento de regulares relações de permuta de publicações com Faculdades, Academias, Revistas e Centros de estudos congêneres, nacionais e estrangeiros.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
BOLETINS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

XCII

Letras - n.º 4

ANTÔNIO SOARES AMÓRA
O Nobiliário do Conde D. Pedro
(Sua concepção da história e sua técnica narrativa).



SÃO PAULO, BRASIL
1948

A

Fidelino de Figueiredo, mestre querido.

OBRAS DO AUTOR:

Dom Dinis, a poesia trovadoresca e a dignificação da mulher na Idade Média, Campinas, 1943 (esg.).

Teoria da literatura, S. Paulo, 1944 (esg.).

Vieira (Seleção, prefácio e notas), S. Paulo, 1946 (esg.).

P R E F Á C I O

Os estudos que vimos procedendo sôbre a Idade Média portuguesa têm-nos revelado — em que pese o que já ensinaram ilustres medievalistas — aspectos novos da cultura medieval portuguesa, e aspectos de relevante interesse para a crítica literária. Os dois trabalhos que escrevemos sôbre a Idade Média (o que agora se publica e o que está no prelo: D. Duarte e o “Leal conselheiro”) visam a discutir êsses aspectos novos.

As idéias contidas em nossos trabalhos terão o valor que lhes damos se, discutidas agora mais amplamente, levarem a uma definição mais precisa do caráter e do âmbito temporal da Idade Média portuguesa. Na realidade para êstes dois objetivos nos dirigimos em ambos os trabalhos: aqui, estudando a filosofia da história e a técnica narrativa do Nobiliário do Conde D. Pedro procuramos mostrar o caráter estritamente medieval desta obra, sobretudo pela sua concepção ecumênica ou teológica da história. No estudo seguinte, D. Duarte e o “Leal conselheiro”, temos por finalidade caracterizar a filosofia moral e política da Idade Média portuguesa.

★

O presente Boletim é uma revisão de nossa tese de doutoramento defendida na Cadeira de Literatura Portuguesa, em outubro de 1946, perante banca examinadora constituída dos seguintes professores:

*Dr. Fidelino de Figueiredo (presidente)
Dr. Astrogildo Rodrigues de Melo
Dr. Eurípides Simões de Paula
Dr. João Cruz Costa
Dr. Luiz Amador Sanchez.*

A êstes professores consignamos aqui os nossos agradecimentos pelo modo como conduziram o nosso concurso de doutoramento, num alto nível de curiosidade intelectual e de dignidade universitária.

A revisão que fizemos em nosso primitivo trabalho não foi ao ponto de lhe alterar a matéria essencial: o que acrescentamos foram sugestões da egrégia banca examinadora, o que alteramos foi o que ficou evidente como erros, encontrados pela mesma banca e por estudos nossos posteriores.

★

Este prefácio transgride um princípio estabelecido, por tradição, nas publicações desta Faculdade: os Boletins de autoria dos auxiliares de cadeira levam um prólogo de apresentação do professor responsável pela mesma e pelas suas publicações. O Dr. Fidelino de Figueiredo, com quem colaboramos desde 1942, deixa de escrever o prefácio deste Boletim, alegando estas razões, de ordem intelectual e universitária, que nos desvanecem pelo que refletem de interesse sincero por nossa carreira crítica e pelo que patenteiam de confiança em nossos estudos: atingindo o neófito, pelo doutoramento, a sua maioria profissional, deve tomar o seu destino e com os próprios recursos apresentar-se ao convívio dos especialistas e interessados na matéria de suas investigações.

Assim, sem a apresentação do mestre, mas impregnado do seu espírito, a que tanto deve a nossa geração universitária e a Secção de Letras desta Faculdade, sai este Boletim a percorrer sua vária fortuna, defendendo algumas idéias e esperando muitas sugestões.

São Paulo, 1 de julho de 1948.

Antônio Soares Amóra.

INTRODUÇÃO

SUMÁRIO:

- I — O díptico medieval.
- II — Características da II.^a Época medieval: a) Iniciação crítica; b) Reflexão sôbre o mundo interior; c) Reação racionalista; d) Reflexão sôbre a vida política; e) Formação da consciência histórica.

I — O DÍPTICO MEDIEVAL

Dados os objetivos que temos em vista, não importa discutir remotos antecedentes da história de Portugal, embora gratos, por vários motivos, à historiografia portuguesa; nem tão pouco importa tocar na questão, ou problema, da latência de uma nacionalidade antes de D. Henrique de Borgonha e durante o seu govêrno. O que interessa é saber que ao se fazer a independência do novo Estado ibérico (1128 ou 1140) estava êle, senão definido, porque essa definição foi obra do tempo, pelo menos gizado na fisionomia política e dinamizado para a consecução dos seus objetivos nacionais.

Tal processo de formação histórica — um país na sua infância, mas com espírito e cultura quase maduros — explica-se pelo fato de ter coincido o aparecimento e formação das modernas nações européias com a plenitude da Idade Média. Com tradições da cultura heleno-romana, da cultura hebraico-cristã e com o que de cultura trouxeram os invasores germânicos e árabes, a Europa Ocidental construiu, durante a Idade Média, uma civilização cujo clímax se aponta a partir do século XII. Os Estados formados na altura do amadurecimento do mundo medieval não tiveram senão de procurar uma base territorial e reunir material humano, para realizar, em projeção reduzida, e com caráter mais individual, essa civilização em plenitude.

Não há, assim, na Idade Média portuguesa, como se poderia supor, um aprendizado cultural, com ensaios e erros, até o encontro, depois de dolorosa experiência histórica, de um desejado tipo de cultura. Há, pelo contrário, desde a independência, e até um pouco antes, já formulado, todo um ideário de civilização, em cuja realização se empenhou a vontade dos que detiveram o poder. O novo Estado tem, desde a sua independência, definidos objetivos políticos:

a) conseguir absoluta independência com relação ao Estrangeiro (no caso presente com relação a Leão e depois à Castela);

- b) ampliar e definir o território nacional;
- c) alcançar perfeita organização política e social, dentro do “regime modelo”;
- d) elevar o país a alto nível de cultura;
- e) acentuar-lhe o caráter católico militante, combatendo sem tréguas os hereges.

Estes objetivos, concomitantes com o aparecimento do novo Estado, orientaram-lhe, até o comêço do sécul XV, a política interna e externa. E com tal obsessão e continuidade procurou-se alcançá-los, que com razão se podem considerar as constantes da vontade política da Idade Média portuguesa.

Conquanto transcendente a aspiração política fundada nesses objetivos — porque continha em si o ansêio de uma “monarquia predestinada”, e seria infinito o parâmetro da parábola histórica que lograsse realizar êsse nobre mas desmedido ansêio — à certa altura de sua evolução histórica Portugal considerou realizada, pelo menos nos elementos fundamentais, a sua política. Firma-se essa convicção desde o momento em que se definiu a base geográfica do país, em que se assegurou a estabilidade do regime monárquico, em que se fortaleceu a autonomia política e se acentuou o prestígio nacional perante a Santa Sé e os demais Estados da cristandade.

O último obreiro da monarquia portuguesa como a idealizaram os fundadores, segundo o estilo político da civilização hebraico-cristã, foi Afonso III. Com o Bolonhês, morto em 1279, se encerra o primeiro ato do drama medieval lusitano; termina a juventude do mundo português. Em quase dois séculos concretizaram-se os principais ideais políticos do tempo, realizaram-se até certo ponto as constantes da vontade nacional e imprimiu-se, à história, o sentido da predestinação para o “Estado ideal”.

Com. D. Dinis começa uma segunda época histórica.

E’ sabido que só se chega à visão conceptual da realidade, depois de formada a experiência dessa mesma realidade; na história o mesmo se verifica: só depois de estar amadurecido culturalmente, pode um povo chegar a compreender em conjunto o sentido de sua vida, a formar uma filosofia da história, a condensar em fórmulas a sua experiência. E’ o que se deu com Portugal, no século XIV e na primeira metade do século XV, quando, terminada a fase empreendedora, e construtora da nacionalidade, começaram os portugueses a meditar sôbre

a realidade nacional, no intuito de compreendê-la e com mais segurança orientá-la no sentido dos ideais políticos e culturais da época.

Se os dois primeiros séculos, o XII e o XIII, constituem a juventude da raça, juventude de grande energia construtora, a época que começa com D. Dinis e termina com D. Duarte e D. Pedro é a de compreensão da realidade nacional, época em que a energia, se se aplica à ação física, não se concentra menos no espírito; época em que o esforço por compreender é tão grande, se não maior, que o esforço por empreender. Época em que se começa a refletir sobre a história nacional, introsando-a no conjunto da história universal, e procurando ressaltar-lhe os aspectos fundamentais. Época em que se começa a refletir sobre a vida política e moral; sobre a vida religiosa, combatendo-se heresias e esclarecendo-se consciências no sentido da defesa da ortodoxia católica; sobre a literatura que se criou, em dois séculos, com abundante produção poética; e até sobre os aspectos mais prosaicos da vida, do que resultou uma literatura didática, de manuais de instruções profissional. (1)

Na formação desta II.^a época da Idade Média portuguesa agiram, como fatores mais ponderáveis: o progresso geral das idéias, na Europa; a filosofia escolástica, no século XIII completamente formulada; o exemplo da Espanha, desde Afonso X a construir uma fecunda literatura histórica, jurídica, de pensamento, e de conhecimentos práticos; a fundação da universidade nacional (Lisboa, 1290), o que trouxe para dentro do país os progressos da cultura universitária do tempo.

Embora nosso objetivo seja estudar a *Nobiliário do Conde D. Pedro*, que é, nesta II.^a época medieval, a melhor obra produzida pela meditação sobre a história, não é muito que, no interesse da caracterização da cultura espiritual desta época, e afim de confirmar o que dissemos, considerem-se, embora ligeiramente, os principais aspectos do movimento de idéias que se levantou com vistas na compreensão da realidade nacional.

(1) — V. Pero Menino, *Livro de falcoaria*; D. João, *O livro da montaria*; D. Duarte, *O livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*. Para completa informação bibliográfica sobre as obras citadas nestas notas de rodapé, queiram consultar a Bibliografia que damos ao fim dêste trabalho.

II — CARACTERÍSTICAS DA II.ª ÉPOCA MEDIEVAL — Iniciação crítica

Não se pode falar numa crítica literária nos séculos XIV e XV, pelo menos numa crítica como disciplina autônoma. Mas se pode, com suficientes documentos, falar numa atitude crítica em face da literatura nacional, e numa incipiente teoria literária.

D. Dinis, que está no ponto de chegada do lirismo trovadoresco, e é, sem favor algum dos seus melhores representantes, tem já consciência das duas correntes do lirismo português, a nacional e a francesa, sabendo distingui-las nos matizes próprios, de técnica e conteúdo, o que sem dúvida é prova do conhecimento crítico dêsse lirismo:

Quer'eu en maneyra de proença
fazer agora hun cantar d'amor (1a)

A atitude crítica de D. Dinis não fica, entretanto, nesta posição passiva, de simples imitador: prefere o lirismo nacional ao peregrino, e sabe declarar as razões de sua preferência. Para a sua sensibilidade poética, e sem dúvida também para seu sentimento nacional, o lirismo português é mais sincero, mais cordial:

Proençaes soem mui ben trobar
e dizen eles que é con amor,
mays os que trobam no tempo da flor
e non en outro sey eu ben que non
am tam gran coyta no seu coração
qual m'eu por mha senhor vejo levar. (2)

Sem dúvida alguma mais específica que esta crítica, de mistura com a ficção, é a que instruiu o **Tratado de poética** dos meados do século XIV. (3) Mais específica porque entra na intimidade da poesia trovadoresca, a distinguir-lhe os aspectos, a teorizar sobre a técnica versificatória; de mais al-

(1a) — Cf. Nunes, C. A., LXIX.

(2) — Cf. Nunes, C. A., LXXIII.

(3) — Este Tratado de poética trovadoresca chegou-nos fragmentado e apenso ao *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Data da primeira metade do século XIV, segundo a opinião dos mais abalizados filólogos e críticos modernos. Dêste tratado já se fizeram duas edições: Teófilo Braga, na *Era Nova*, I (1880-1881), pgs. 414-420; E. Monacia, na *Miscellanea Caix-Canello*, Firenze, 1886, 417-423.

cance, de mais visão perspectiva, pois que compreende o trovadorismo português em tôda a sua história, como uma escola poética com unidade e complexidade. Ainda não se ressaltou convenientemente o significado histórico dêsse tratado, índice da saturação dos espíritos pelo trovadorismo, quando então se pôde passar da zona da criação artística para a da crítica e da teoria; ainda não se ressaltou o que êsse tratado representa de globalização da experiência poética portuguêsã.

Outro documento da visão de conjunto do trovadorismo é o *Cancioneiro da Ajuda*. (4) Não há nêle reflexão crítica, nem teoria poética, mas há o empenho de colecionar o acervo poético nacional, com recúo aos primeiros trovadores do século XII; patenteia estima por êsse acervo, que no século XIV se procura conservar para satisfazer os que se comprazem em reler. E porventura com o zêlo colecionador, documentado neste cancionero, não concorda a apologia de D. Dinis à sinceridade do lirismo pátrio em oposição ao provençal?

Visão histórica do trovadorismo se denuncia ainda nos *Nobiliários*, onde não falta, a par de referência sôbre os principais trovadores portugueses, desde os mais antigos, até mesmo alguns juízos críticos. (5)

Se D. Dinis e seus contemporâneos manifestaram sobrestimação do trovadorismo, o mesmo se não pode dizer de Álvaro Pais, que em meados do século XIV, com a crítica às heresias poéticas de Afonso Geraldês, de Montemor, inicia a reação racionalista e ortodoxa contra as liberdades da poesia trovadoresca.

Na linha reacionária de Álvaro Pais está, no comêço do século XV, D. Duarte, que, já bem longe dos áureos tempos do lirismo áulico e da sátira jogralesca, considerou as afusões

(4) — Referimo-nos particularmente a êste cancionero porque foi elaborado ainda na época do trovadorismo, no reinado de D. Dinis. Das cinco edições do *C. A.* as melhores são: Carolina Michaelis de Vasconcelos, *Cancioneiro da Ajuda*, Halle, 1904, 3 vols.; Henry H. Carter, *Cancioneiro da Ajuda*, N. York, Moderne Language Association of America, 1941; Marquês Braga, *Cancioneiro da Ajuda*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, vol. I.º, 1945.

Os outros dois cancioneros que nos chegaram, *Cancioneiro da Vaticana* e *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, são, respectivamente, dos séculos XV e XVI.

(5) — Nesta fonte D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, Teófilo Braga e J. J. Nunes foram buscar elementos para a elucidação dos nomes e biografias de muitos trovadores portugueses.

sentimentais e as licenciosidades poéticas elementos perturbadores de sua política de moralismo católico. Das várias vezes que comentou a necessidade da leitura, como remédio contra o enfadamento ou como meio de educação e instrução, indiretamente desaconselhou a literatura de ficção, lírica ou cavaleiresca.

Voltado para o lado prático e sério da vida, dominado pela idéia da Virtude, cômico da gravidade do “senhorio”, condenou e combateu as várias formas de “fantasia sem proveito”; e o que exige dos fidalgos não é lirismo, liberdades satíricas e imaginação novelesca, mas consciência da virtude, saber positivo, conhecimentos práticos, noção permanente da responsabilidade do regimento do Estado. (6)

A Idade Média portuguesa termina com o triunfo do racionalismo, da ortodoxia e do pragmatismo, que condenam um passado de produção lírica, satírica e cavaleiresca.

A historiografia do século XIV, construída antes desse triunfo, e quando a reação de Alvaro Pais era uma voz quase isolada, ainda se afeta, como mostraremos adiante, de algumas características das novelas de cavalaria e ainda considera título de valor o talento trovadoresco.

A reflexão sobre a literatura nacional não é o aspecto mais importante desta época de compreensão; entretanto não é de se desprezar, principalmente porque documenta a consciência de um patrimônio literário e juízos críticos, índices de amadurecimento da cultura nacional. Além disso, essa consciência do patrimônio literário do país, o empenho em arquivá-lo e os juízos críticos que direta ou indiretamente sobre ele se fizeram, não estão, porventura, em paralelo com o esforço de compreensão histórica?

Reflexão sobre o mundo interior

Não se pode negar ao lirismo trovadoresco e em parte à novela de cavalaria o mérito de terem descoberto, para o homem medieval, a vida interior. Mas não nos esqueçamos de que o aprofundamento introspectivo realizado pela literatura fêz-se apenas nas zonas dos sentimentos amoroso e místico: alegrias, esperanças e tormentos da paixão nos seus vários motivos e nas diversas tonalidades; a estesia em face da mulher

(6) — V. nosso próximo boletim: *D. Duarte e o Leal conselheiro*.

amada; o processo de sublimação do amor masculino; as inquietações da alma feminina; a relação sentimental entre o homem e a natureza; as belezas infinitas do Céu; o êxtase na contemplação de Deus e da Côrte celestial; a emoção ante os mistérios e os milagres.

Já é muito, mas não é tudo que se poderia desejar: o lirismo medieval português sôbre ter-se fechado no formalismo da escola provençal, principalmente no que se refere à *cantiga de amor*, não explorou todo o acervo poético do passado, confinando-se apenas no idealismo amoroso nascido da contaminação da moral cristã pelo platonismo.

Creemos não haver dúvida de que as limitações do lirismo português dos três primeiros séculos correm por conta, entre outros fatores, de um conhecimento lírico da alma humana, ainda superficial. Na verdade, êsse lirismo, bem visto, reduz-se ao conhecimento de alguns conceitos poéticos do platonismo amoroso de importação, e ao conhecimento das atitudes e sentimentos mais espontâneos da alma feminina apaixonada.

Incontestavelmente, mais adentro da alma penetraram os escritores dos séculos XIV e XV. Não importar que essa penetração não tenha produzido uma poesia lírica — essa penetração chegou a ser mesmo, pelos objetivos morais e religiosos, a - lírica e anti-lírica —; o que importa, para a tese que discutimos, é que então mais afundo entrou o homem adentro de si mesmo.

O grande passo da introspecção, nos séculos XIV e XV, não está apenas num maior aprofundamento da análise interior: está, principalmente, no realismo, no calor humano que se pôs nessa penetração. Na *cantiga de amor* e até certo ponto na *cantiga de amigo* a psicologia que se desvenda, a alma que se desdobra está num plano ideal, de predicados universais, quase inespaciais e intemporais. Só nos séculos XIV e XV descobriu-se a alma individual, a experiência psicológica vivida, como atestam as obras de D. Duarte.

Não é difícil encontrar as razões dêsse progresso da compreensão da alma humana: o lirismo trovadoresco contou com recursos introspectivos ainda pequenos: os recursos de uma incipiente intuição lírica fornecidos por um receituário analítico da alma concebido com muitas limitações estético-morais. Ao passo que os séculos XIV e XV beneficiaram-se fartamente da filosofia escolástica, onde se aprenderam os segredos da psicologia e donde se tomaram os métodos e a dialética introspectiva.

Com razão D. Duarte, cuja cultura filosófica e escolástica foi considerável, para sua época e meio, muito mais que duzentos anos de lirismo pôde caminhar no recôndito da alma e dar-nos, no *Leal conselheiro* e no *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, um verdadeiro tratado de psicologia, onde há, além da originalidade introspectiva, individualíssima, achados que se podem dizer novos, se não na essência, pelo menos na maneira como são compreendidos: o medo na aprendizagem, a melancolia, a saudade, etc.

Estas considerações, além de servirem para justificar nossa interpretação desta segunda época medieval — época em que se começa a compreender a realidade imediata —, são essenciais ao estudo da historiografia medieva: os historiadores do século XIII escrevem uma história exclusivamente episódica, de dramas objetivos; já os do século XIV, e sobretudo os do século XV, filhos espirituais de uma época ansiosa de compreensão do homem, sentem a história como drama físico, mas também psicológico, e no interior das personagens vão buscar os móveis dos acontecimentos. Não dizemos que nos historiadores do século XIV, como D. Pedro, Conde de Barcelos, haja páginas de profunda análise psicológica, como se encontram nas obras de Fernão Lopes, e principalmente nas dos clássicos; mas há nêles um modo de ver a história, dum ponto de vista moral, diverso do que se adotou no século XIII, nas primitivas crônicas conventuais.

Reação racionalista

Os séculos XII e XIII produziram quantiosa literatura piedosa e apologética, como se pode avaliar dêste inventário das hagiografias: *S. Rudesindi Vita et Miracula*; *Vita Sanctae Seniorinae*; *Vita Sancti Geraldii*; *Vita S. Martini Sauriensis*; *Vita Tellonis Archidiaconis*; *Vita Sancti Theotoni*; *Exordium Monasterii S. Joannis de Tarouca*; *Translatio et Miracula S. Vicentii*; *Legenda Martyrum Marochii*; *Vita Sancti Antonii*. (7).

(7) — V. *PMH-Scriptores*. A literatura hagiográfica dos três primeiros séculos portugueses é quase tôda alcobacense. A literatura alcobacense, infelizmente em parte desaparecida e na sua maior parte ainda hoje inédita, vem sendo modernamente mais bem estudada bibliográfica e criticamente. Vejam-se a êste propósito os trabalhos: Antônio Anselmo, *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional*, Lisboa,

Esta literatura hagiográfica, conquanto destinada à formação do espírito religioso do clero português, fêz-se dentro de um plano bem alheio à realidade portuguesa: não é ainda meditação sôbre a vida presente e imediata; biograficas “exemplares” que nada nos dizem das razões próximas por que se escreveram e não nos instruem sôbre o modo como atuaram na consciência religiosa da época. Falta ainda a essa literatura piedosa e apologética, que nem mesmo se escreveu em vernáculo, o calor da vida circundante, o diálogo com a realidade, — o que só vamos encontrar nos séculos XIV e XV, nas obras de Álvaro Pais, D. João I, D. Pedro e D. Duarte.

Da biografia do franciscano Álvaro Pais, (8) ou Pelayo, muito pouco se sabe. Discute-se ainda se nasceu em Portugal ou em Espanha. Para nossa tese, sua nacionalidade tem pouca importância. O que interessa é que como bispo de Silves, ao tempo de Afonso IV, (1333 a 1348 ou 1349) longamente estanciou em Portugal e bastante discutiu sôbre a vida religiosa do país, procurando intervir na consciência dos contemporâneos.

Na II.^a parte do *De planctu Ecclesiae*, (9) obra escrita quando ainda em Avinhão (1330-1332), apontando e invectivando os erros morais da sociedade contemporânea, faz tam-

1926; A. F. de Ataíde e Melo, *Inventário dos códices alcobacenses*, ed. B. Nac. de Lisboa. Richard Abraham, *A portuguese version of Barlaam and Josaphat*, Filadelfia, 1938; Henry Carter, *Paleographical edition and Study of the language of a portion of Codex Alcobacensis 200*, Filadelfia, 1938; *Paleographical edition of an old portuguese version of the Rule of Saint Bernard*, Filadelfia, 1940; Lothar Thomas, *Contribuição para a história da filosofia portuguesa*, I vol., Lisboa, 1944. São ainda estimáveis os trabalhos: Frei Joaquim de Santo Agostinho, *Memória sôbre os códices manuscritos, e cartório do Real Mosteiro de Alcobaça*, in vol. V.^o das Mem. Lit. Port., A. C. de Lisboa, 1793; Frei Fortunato de São Boaventura, *Coleção de inéditos portugueses dos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1885.

- (8) — Sôbre Álvaro Pais e as suas obras, e para a bibliografia crítica sôbre o mesmo, V. Lothar Thomas, *Contribuição...*, pgs. 105-111. V. também Joaquim de Carvalho, *Cultura filosófica e científica*, in H.P.-Ed. mon. 487 e segs.
- (9) — Para as principais idéias contidas nesta obra, V. os trabalhos citados na nota anterior. As idéias aí expostas sôbre a guerra justa e injusta estão estudadas por Paulo Merêa: *A guerra justa segundo Álvaro Pais*, in *O Instituto*, vol. 64, pgs. 351 e segs.

bém, embora indiretamente, a análise da vida moral e religiosa portuguesa, pois que tais erros estavam generalizados pela Europa católica. Mais diretamente a Portugal se refere o *Collyrium fidei adversus haeresis*, (10) obra escrita durante o govêrno da diocese de Silves; precioso depoimento de sua atividade anti-herética em Lisboa e Coimbra.

Na mesma linha de ação de Alvaro Pais, na mesma postura espiritual, a do racionalismo escolástico, aparece mais adiante D. Duarte (1391-1438), que como monarca pôde ajuntar, à ação espiritual, eficaz ação política contra o que reputava erros morais. (11)

O século XIV e a primeira metade do século XV, assinalam-se pela reação do racionalismo escolástico e da ortodoxia católica em Portugal. Época que termina pela formação de um parêntesis anti-cavaleiresco, de uma “*insula rationalis*”, plantada na Idade Média portuguesa pela mentalidade, pelas obras e pela ação política de D. Duarte e D. Pedro. (11)

Joaquim de Carvalho (12), considerou “episódios obscuros, sem significação geral” as manifestações de heterodoxia no ambiente medieval português, como, por exemplo, a de Tomás Escoto ou Tomás Auriano, com suas teses anti-teológicas, combatidas veementemente por Alvaro Pais, e afogadas no cárcere por Afonso IV. Considerando apenas o plano do pensamento filosófico, pode-se fazer tal afirmação; mas se entrarmos adentro da vida portuguesa e investigarmos o espírito popular, não se pode negar que as mais variadas credences, “desvairadas maneiras de fé” no dizer de D. Duarte, (13) de origem judaica, islâmica e nascidas da ignorância, tinham-se generalizado e criado raízes na mente popular.

Rodrigues Lapa (14) apontou no trovadorismo liberdades religiosas que, se indicam — paradoxalmente — a origem religiosa ou eclesiástica dessa poesia, não assinalam menos a generalização do ceticismo religioso e o desrespeito à Igreja; o que, aliás, se confirma em textos legais da época, como se pode ver dêste exemplo:

(10) — Análise desta obra se encontra em Lothar Thomas, *Contribuição...*, pgs. 108-109 e em Joaquim de Carvalho, *Cultura...*, in H. Port., IV, 489.

(11) — V. nosso próximo Boletim de Letras: *D. Duarte e o Leal conselheiro* (no prelo).

(12) — In *Hist. de Port.*, IV, 492.

(13) — *Leal conselheiro*, ed. Piel, 146.

(14) — *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média*, pgs. 95-105.

“... quod meirini et alii homines nostri dicunt quod non darent pro excommunicatione paleam unam”. (15)

e ainda se confirma fartamente nas novelas de cavalaria e nos historiadores do século XIV.

A novela de cavalaria, pode-se facilmente verificar na **Demanda do Santo Graal**, dá fé a tôda sorte de bruxarias, como, por exemplo, a que está no episódio da “aventura do mosteiro”, em que Galaaz liberta, da voz do Diabo, o túmulo de um cavaleiro. (16)

Os cronistas da época, como mostraremos mais adiante, também aceitam como verdadeiras as bruxarias, os sortilégios, carregando a história de considerável acervo de lendas, de um maravilhoso criado pela ignorância popular.

Fernão Lopes, embora bastante se tenha aproveitado dos cronistas anteriores e tenha sido apaixonado leitor das novelas de cavalaria, a ponto de muito lhes reproduzir do estilo narrativo, não aceita o seu patrimônio lendário. E’ que vive e escreve numa época de triunfo da reação racionalista e ortodoxa.

A posição de Álvaro Pais, no *Collyrium*. . . ; a enérgica ordem de Afonso IV, mandando para o cárcere Tomás Escoto; a reação de D. Duarte, não deixavam portanto de se fundar em razões concretas e fortes.

No *Collyrium fidei*. . . está o inventário das heresias dominantes na época. No quadro que se segue, traçado por D. Duarte, no segundo quartel do século XV, vê-se o que então ainda era necessário combater em matéria de ignorância, de superstições:

“Conssiirando nas desvairadas maneiras que se da ffe e creenças aas profecias, vyoões, sonhos, dar a voontade, virtudes das pallavras, pedras e ervas, signaaes dos ceos e que fazem na terra; em perssoas, e alimarias, e terremotos, graças speciaaes que deos outorga que ajam alguas pessoas; e a estrollazia, nygromancia, geomancia e outras se-

(15) — In *PMH-Leges*, 189.

(16) — *A demanda do Santo Graal*, I, 104, 58.

melhantes sciencias, artes, sperimentos e sotillezas; de modo de tregeitar por sotilleza das mãos, ou natural maneira nom costumada, e outros per força de natureza, alguu pouco em soma vos quero screver do que sobr'ello entendo, e pera o poderdes seguir se vos parecer". (17)

Contra as vãs superstições tiveram de reagir D. João I e os infantes, quando a opinião popular e de alguns conselheiros contrariou a partida para Ceuta, por causa da morte de D. Filipa e de um eclipse solar. Em 1433 D. Duarte voltou costas aos conselhos astrológicos de Mestre Guedelha, que, dada a posição dos astros, no momento do alevantamento do novo monarca, desaconselhou a cerimônia.

As "desvairadas maneiras de fé" dominam os espíritos até o século XV; e se com a reação ortodoxa e racionalista, que começa com Álvaro Pais, foram banidas do plano superior da sociedade, na ignorância popular ficariam pelos séculos vindouros.

Os historiadores do século XIV, como se pode ver no *Nobiliário do Conde D. Pedro*, ainda participam dessa atmosfera de superstições, de credices, de que a história só se liberta a partir de Fernão Lopes.

Reflexão sôbre a vida política

Os dois primeiros séculos foram de dinâmica vida política: cimentou-se em bases sólidas a monarquia hereditária; estabeleceu-se o equilíbrio das forças sociais e assentaram-se os princípios da política externa. Nesses dois primeiros séculos, entretanto, ninguém refletiu sôbre o que se ia conquistando a poder de força e pelas sugestões do figurino político da época. A meditação sôbre os atos políticos do monarca; sôbre o fundamento e natureza de sua autoridade; sôbre o fundamento do direito civil e suas relações com o direito canônico; sôbre o ordenamento político da sociedade —estava reservada aos séculos XIV e XV, quando a maturidade de cultura e a conclusão das lutas territoriais o permitiram.

(17) — *Leal conselheiro*, cap. XXXVII.

Pode-se dizer que só depois de Afonso III começa o pensamento político português. (18) Homem de Estado, tanto quanto cavaleiro da Reconquista, ou pela experiência adquirida no exílio junto de Luiz IX, ou porque os tempos assim o permitiram, foi o primeiro monarca português a encarar com energia problemas da política interna, e a atacar de rijo a obra da construção do “regime modelo”. Estava iniciada a agitação das idéias políticas, e juristas, teólogos e moralistas do século XIV e do XV iriam discutir a problemática política, no sentido de defender os ideais por que lutou e lutava a monarquia.

O primeiro a discutir problemas políticos atuais, se não no plano da realidade portuguesa, pelo menos no âmbito de seu pensamento, foi Alvaro Pais. O *Speculum Regum*, escrito entre 1341 e 1343 (19), típico manual de régia instrução, tão do gosto da Idade Média, não foi escrito para o monarca português, Afonso IV, mas para seu contemporâneo castelhano; contudo, como em muitos pontos coincidiavam os problemas políticos dos dois povos, pode-se afir-

(18) — Sôbre o aparecimento dessa literatura de “régia instrução” assim se expressa Paulo Merêa: “Efetivamente, desde os princípios do século XIII, em que se inicia uma curiosa série de catecismos político-morais, desenvolveu-se na Península uma profusa literatura d’este gênero, na qual Portugal se achava representado pelo *Speculum Regum* de Alvaro Pais (m. 1353) e pela *Virtuosa benfeitoria* do Infante D. Pedro...” Para o estudo da filosofia política medieval, na Península, v. a seguinte bibliografia:

Antônio Caetano do Amaral, *Para a história da legislação e costumes em Portugal*; José Maria Castro y Calvo, *El arte de gobernar en las obras de Don Juan Manuel*; Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*; Hinojosa, *De la influencia que tuvieron en el derecho público de su pátria... los filósofos y teólogos espanôles*; Joaquim de Carvalho: *Desenvolvimento da filosofia em Portugal na Idade Média*; *O pensamento português da Idade Média e do Renascimento*; *Cultura filosófica e científica*; Joaquim Costa, *Estúdios jurídicos*; Martins de Carvalho, *O Livro da virtuosa benfeitoria*; Costa Lobo, *O Rei*; Paulo Merêa, *Estudos de história do Direito*; *Novos estudos de história do Direito*; *As teorias políticas medievais no “Tratado da virtuosa benfeitoria”*; Fidelino de Figueiredo, *Bibliografia portuguesa de filosofia*; Lothar Thomas, *Contribuição para a história da filosofia portuguesa*, I vol. Alfredo Pimenta, *A margem do “De regimine principum”*; F. E. de Tejada Spinola, *Las doctrinas políticas em Portugal*.

(19) — V. Lothar Thomas, *Contribuição*, pg. 106, 139; V. notas 8 e 9.

mar, em que pese o pouco conhecimento que se tem dessa obra, ainda inédita, — que é a primeira, no gênero, escrita no ambiente do pensamento português.

Do mesmo modo indireto refere-se à política portuguesa o *De planctu ecclesiae*, (20) onde, entre muitas outras questões, desenvolvem-se duas de palpitante interesse para Portugal: a) — as relações entre o Estado e o Igreja, tema permanente no rol da política externa portuguesa, desde a fundação da nacionalidade; b) — a “guerra justa”. Apoiado em Santo Agostinho e Santo Tomás, e ante três séculos de experiência histórica peninsular, sistematiza os princípios morais, religiosos e jurídicos das guerras, defendendo as formas de “guerra justa” (*bellum romanum*, *bellum judiciale*, *bellum licitum* e *bellum necessarium*) e condenando as “guerras injustas” (*bellum presumptuosum*, *bellum temerarium* e *bellum voluntarium*).

Alvaro Pais, já o dissemos, não é um pensador político propriamente português. Se discutiu questões de interesse para Portugal, o fez porque tratou problemas concernentes a tôdas as monarquias do tempo, sobretudo peninsulares. Pensadores políticos portugueses, inteiramente voltados para seu país, só aparecem no século XV: D. Pedro e D. Duarte.

Da *Virtuosa benfeitoria*, (21) de D. Pedro, já muitas vêzes se disse e êle mesmo o declara — que é uma tradução do *De beneficiis*, de Sêneca. Mas isto não tira o valor da obra como interpretação da realidade política portuguesa. Primeiro, porque a doutrina traduzida se aplica inteiramente aos problemas do momento e lhes dá soluções condizentes com as aspirações nacionais; segundo, porque a doutrina do pensador latino vai sendo vivificada com exemplos da realidade imediata, e além disso é ampliada por conselhos da experiência do tradutor.

Intimamente ligado a D. Pedro está D. Duarte. Espírito culto, se não nos deu um tratado de filosofia política como a *Virtuosa benfeitoria*, nem por isso deixou de refletir sobre a vida política de seu país. O *Leal conselheiro* é dedi-

(20) — V. notas 8, 9 e 10.

(21) — Da *Virtuosa benfeitoria* já se fizeram duas edições: a 1.^a em 1910, na Col. de Ms. Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Pôlto; em 1940 a 2.^a, organizada por Joaquim Costa. Sobre a idéias políticas contidas na *Virtuosa benfeitoria*, V. Paulo Merêa, *As teorias políticas medievais no “Tratado da virtuosa benfeitoria”*; Joaquim de Carvalho, *Cultura filosófica e científica*; Martins de Carvalho, *O Livro da virtuosa benfeitoria*.

cado à educação da “autoridade”. E a concepção moral da “autoridade”, bem como do “regimento” se expõe na obra com profundas observações sôbre a política, sôbre a organização social e administrativa de Portugal. (22)

Da leitura das obras de Álvaro Pais, D. Pedro e D. Duarte, não é difícil determinar o sistema de idéias políticas dominantes em Portugal, na Idade Média.

Aceita-se unanimemente, como elucida Paulo Merêa, (23) cuja lição glosamos nesta passagem, o princípio de que a sociedade civil é um fato natural: o homem é “animal sociale et politicum”, na expressão de Santo Tomás. Aceita-se o princípio de que a sociedade civil, que se organiza segundo um fim, exige um poder diretivo, “aliquod regitivum”. Esse poder diretivo tem origem divina: “non est potestas nisi a Deo”, está bem claro em S. Paulo (24), como ainda em D. Pedro: “Toda alma seia sobiecta aos principes mais excellentes que non seia poderyo que non proceda de deos. (25)

A idéia da origem divina do poder é defendida por todos os teólogos e juristas medievais, e, como muito bem diz Paulo Merêa, “difundida na própria consciência popular, o que explica a inteira aceitação que tinham certas cerimônias como a unção, e certas fórmulas como — rei por Graça de Deus —, e certas expressões designativas do rei, como, por exemplo, “Vigário de Deus” (26). Daqui não se conclua, no entanto, que se aceitasse a teoria, defendida por alguns teólogos, que o poder dos monarcas se origina de Deus através de seu vigário, o Papa. Embora a Igreja algumas vezes tenha sustentado o princípio da sobreposição do poder papal ao temporal, o que se estabeleceu em Portugal, desde a rebeldia de Afonso I, curiosamente narrada por cronistas do sec. XIV, (27) foi o princípio da origem divina do

(22) — V. nosso próximo Boletim de Letras.

(23) — V. Paulo Merêa, *As teorias políticas medievais no “Tratado da virtuosa benfeitoria”*.

(24) — *Ep. Rom.*, XIII, 1.

(25) — *Virtuosa benfeitoria*, II, 16, pg. 86.

(26) — V. Paulo Merêa, *As teorias...*, pg. 29.

(27) — Referimo-nos às *Crônicas breves e memórias avulsas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, in *P.M.H.-Scriptores*, que nos chegaram em versão do século XIV, e que foram aproveitadas por Duarte Galvão na *Crônica de el-Rei D. Afonso Henriques*. Rodrigues Lapa (*Lições...*, 206) é de opinião que essas 4 crônicas foram escritas em diferentes épocas do sec. XIV.

poder “in-abstrato”, e a origem popular do poder “in-concreto”; ainda: o papa, vigário de Deus, tem, na sociedade civil, alçada superior à do monarca, mas apenas em matéria espiritual. Na Idade Média, em Portugal, foi permanente, a preocupação de defender o princípio da dupla origem do poder: “populo faciente et Deo inspirante”, segundo a expressão muito em uso na época.

Estabelecido, desde Afonso, I, o princípio da monarquia hereditária, busca-se a participação de tôdas as fôrças nacionais na política administrativa. Só assim, como demonstra Santo Tomás, se “garante a paz do povo e todos apreciam e defendem essa organização” (28). Afonso III deu, neste sentido, o passo mais decisivo, introduzindo, pela primeira vez, nas côrtes, a representação popular, com o que contrabalançou a fôrça da aristocracia e do clero em face da realeza.

Na organização das fôrças políticas consegue-se estabelecer perfeita hierarquia dos poderes, hierarquia que reproduz a forma de uma pirâmide, cujo vértice é a pessoa do monarca. O monarca é assistido continuamente por um conselho, formado em regra de membros da aristocracia; nas côrtes, onde se decidem os atos políticos mais relevantes, fazem-se representar tôdas as classes sociais.

O mais curioso dessa organização hierárquica dos poderes não é, entretanto, a convergência dos mesmos no monarca, e o equilíbrio das fôrças políticas; o mais curioso, como característica da organização monárquica medieval, é que à hierarquia dos poderes correspondia a perfeita hierarquia moral, espiritual e econômica: à proporção que se subia da base da pirâmide para o vértice, aumentava, nas classes sociais, a soma de virtudes morais, a sabedoria e o poder econômico. O rei era, nessa “monarquia modelo”, o máximo poder (político e econômico), e ainda o exemplo de tôdas as virtudes e da mais alta sabedoria. Assim tinha de ser, porque, segundo o princípio do “dominium politicum”, a função dos monarcas não era, no dizer de D. Pedro, ter “mayoria sobre os outros... com deseioso poderio de sse asenhorar, mas (ter) por officio conselharem. (29) O rei

(28) — *Sum. Theol.*, Ia-IIae., Q. 105, art. 1.

(29) — Esta idéia está defendida por D. Pedro, na *Virtuosa benfeitoria*, II, 16, pg. 83, e em todo o *Leal conselheiro*; outra não é, mesmo, a razão dêste título da conhecida obra de D. Duarte, como mostraremos em nosso próximo Boletim de Letras.

só poderia cumprir sua alta missão, se recebesse a inspiração de Deus, o que seria impossível se não houvesse entre ambos uma aproximação espiritual. Guardadas as devidas proporções pode-se dizer que o monarca estava, perante os vassallos, na mesma posição que Deus perante o mundo.

Tal concepção da autoridade real não estava apenas nos teólogos, mas também no consenso popular; e era esta a força espiritual que mantinha o respeito da vassalagem, e ditava expressões como “o Pai da Pátria”, dada a Afonso III, pelo povo.

Não importa que na realidade essa perfeita hierarquia nem sempre se tenha verificado; o que importa, para a nossa tese, é que está nos doutrinadores do tempo.

Em tal concepção política, imagem em reduzida perspectiva da arquitetura do mundo, o poder mais elevado, o poder de um só, do monarca, não devia ser poder coercivo, “dominium servile”, como explica D. Pedro. (30) Tal poder devia ser “dominium politicum”. Aceita-se o aforismo — “Regnum non est propter regem, sed propter regum”, glossado, entre outros, por Frei Gil Roma, no *De regimine principum*. (31). E com este aforismo concordou, ou deste aforismo derivou o conceito de que poder é um dever e não mero direito. Convencidos das altas responsabilidades do poder assim compreendido, Afonso X, D. Pedro e D. Duarte formularam códigos de moral que definem claramente as obrigações morais do “senhorio”, o que seria inadmissível num regime de tirania, em que a teoria moral e política se escreve em defesa de uma atitude reinante, e não, como é o caso da Idade Média, se fixa uma atitude reinante em face de uma doutrina moral e política.

Ligado a esta concepção do poder estava o princípio de que a autoridade devia exercer o “senhorio” “secundo legem”. O dever do rei, como de todas as autoridades, é respeitar e defender a justiça. Já Henrique de Borgonha recomenda ao filho especial “carrego da justiça”. D. Pedro I foi um doente de justiça, e foi a cumprimento inflexível desta virtude que lhe valeu o apíteto de “O Justiceiro”, bem como os louvores de Fernão Lopes. A mesma virtude não esquece D. Filipa, momentos antes de morrer, de acordar na consciência do príncipe D. Duarte.

(30) — *Virtuosa benfeitoria*, II, 16.

(31) — *De regimine principum*, III, 11.

Para os tratadistas da moral política, assim como para os historiadores medievais, como mostraremos no **Nobiliário do Conde**, a justiça foi a virtude que mais se exigiu dos monarcas.

Formação da consciência histórica

A atividade histórica portuguesa começou no fim do século XII ou começo do XIII. Do que se produziu até o começo do século XV, conservam-se as seguintes crônicas:

I — **CHRONICON CONIMBRICENSE** (em latim) — Códice do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Iniciado no fim do século XII ou começo do XIII, foi terminado no fim do XIV (reinado de D. Pedro I). Começa o relato histórico pela entrada dos godos na Península, terminando-o no reinado de D. Pedro I. (32)

II — **CHRONICON GOTHORUM** (em latim) — Códice do século XIII. Crônica semelhante à anterior: começa a narrativa histórica pela entrada dos godos na Península e termina-a com Afonso I. Nalguns pontos suspende a narrativa sucinta, própria dos anais, para se deter num acontecimento (luta de Afonso VI com os mouros, ao pé de Badajoz; lutas de Afonso I com Afonso VII); ou para tecer o retrato de Afonso I. (33)

III — **BREVIS HISTORIA GOTTORUM** (em latim) — Cópia do século XVII. Resumo da crônica anterior. (34)

IV — **CHRONICON COMPLUTENSE** (em latim) — Foi encontrada num códice complutense, denominado "Eusibii et alicorum chronica". É do século XII. Como as anteriores, traz a história peninsular, da imigração dos godos para a Espanha até o reinado de D. Fernando. Crônica muito resumida. (35).

V — **CHRONICON LAURBANENSE** (em latim) — Códice do século XIII, do Mosteiro de Lorvão. Contém apenas a sucessão de alguns reis peninsulares, a começar do rei Ramiro até Afonso III de Portugal. Contém ainda uma lista dos abades do Mosteiro de Lorvão. (36)

(32) — in *PMH-Scrip.*, 1-5.

(33) — in *PHM-Scrip.*, 8-17.

(34) — in *PMH-Scrip.*, 8-17.

(35) — in *PMH-Scrip.*, 18-19.

(36) — in *PMH-Scrip.*, 20.

VI — CHRONICON LAMECENSE (em latim) — Códice do século XIII (1262), conservado no tabulário da Catedral de Lamego. Em forma de versículos, resumidamente relata a história do mundo de Adão até Sancho I de Portugal. (37).

VII — BREVE CHRONICON ALCOBACENSE (em latim) — Códice do século XIV. Traz a história de Portugal, de Afonso I até a morte de D. Beatriz, mulher de Afonso IV. (38)

Estas primitivas crônicas monacais ou **cronições**, merecem estudo e considerações, somente porque refletem uma concepção da história, dominante ainda no século XIV, quando então se vão elaborar as primeiras obras históricas propriamente portuguesas; portuguesas quer pela língua, quer pelo ambiente em que se elaboraram e a que se destinaram — a corte. No mais carecem de interesse crítico, pois são escritas em latim, usam de estilo narrativo muito primitivo, o dos anais ou “*libri aerarum*”, e, além disso, são obras esotéricas, escritas no interesse exclusivo de uma comunidade religiosa, que nelas consignou apenas fatos que diretamente lhe diziam respeito; na elaboração e na divulgação confinaram-se no ambiente monacal.

Quer isto dizer que não é no século XII, nem ainda no XIII, que se começa a formar, no ambiente leigo, uma consciência histórica: só no reinado de D. Dinis e no decorrer do século XIV, tal se verifica.

A II.^a época medieval produziu, até o aparecimento de Fernão Lopes, as seguintes obras de história:

I — I.^o LIVRO VELHO — Escrito por volta de 1300. Tirante o prólogo (onde se resumem as finalidades da obra), reduz-se a um simples rol de nomes, a um inventário das linhagens de Portugal. O original está desaparecido; resta-nos uma cópia do século XVII (39).

(37) — in *PMH-Scrip.*, 19-20.

(38) — in *PMH-Scrip.*, 21-22. Para melhor informação sobre estas crônicas monacais, ver-lhes os respectivos prefácios, de autoria de Alexandre Herculano, in *PMH-Scrip.*

(39) — Três são as edições do I.^o LIVRO VELHO: D. António Caetano de Sousa, *Provas da história genealógica*, vol. I, pgs. 145 e segs.; Alexandre Herculano, *PMH-Scrip.*, pgs. 143-175; a 3.^a ed. é da casa editora, Biblion, Lisboa, 1937. A história da cópia seiscentista que nos chegou encontra-se em A. Herculano, *PMH-Scrip.*, pgs. 135-140.

II — II.º LIVRO VELHO — Contemporâneo do anterior, de que difere no seguinte: está escrito em estilo menos condensado; o prólogo contém o plano da obra; tem um longo parêntese narrativo (história do rei Ramiro, ou Lenda de Gaia); é bem menor no inventário genealógico da fidalguia portuguesa. Também dêste só temos uma cópia do século XVII, onde é evidente, como no anterior, a modernização do texto. (40)

III — NOBILIÁRIO DO CONDE D. PEDRO — Tema dêste estudo.

IV — NOBILIÁRIO DA AJUDA — Único nobiliário medieval que nos chegou em códice original, embora fragmentado (contém apenas 15 cap., do XXI ao XXXV). Segundo Herculano, que o examinou, (41) foi elaborado em fins do século XIV ou começo do XV; pelo seu conteúdo estamos mais inclinados a aceitar a primeira hipótese, isto é, que seja da época de D. Pedro I. Foi escrito depois do *Nobiliário do Conde D. Pedro*, que o autor cita como fonte, nalguns passos reduzindo, noutros ampliando (42). O original chegou-nos com vários acréscimos e com passagens respançadas, o que tem interêsse crítico, pois documenta o processo de elaboração ou a vária fortuna dêstes livros que se consideraram patrimônio coletivo, sofrendo, portanto, com o tempo, várias alterações. O mesmo, sem dúvida, se deu com o *Nobiliário do Conde D. Pedro* e com os chamados *Livros Velhos*. O *Nobiliário da Ajuda* contém, após os dois primeiros parágrafos do Título XXI, longa narrativa da batalha do Salado; estamos convencidos de que se trata de uma interpolação, feita não muito depois de concluída a obra, pelo que se pode observar do aspecto material do documento.

V — CRÓNICAS BREVES E MEMÓRIAS AVULSA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA — São quatro fragmentos históricos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, escritos no século XIV. Os dois primeiros reduzem-se a apontamentos

(40) — Publicado por Antônio Caetano de Sousa, in op. cit., e por Alexandre Hercuno, in *PMH-Scrip.*, pgs. 175-183. A história da cópia seiscentista que nos chegou foi feita também por Herculano, in *PMH-Scrip.*, pgs. 135-140.

(41) — V. A. Herculano, *PMH-Scrip.*, pgs. 135-140.

(42) — V. o Título XXV, onde se encontram estas elucidativas passagens: “Diz o conde dom pedro en seu liuro que... E nos fizemos muyto em nosso tempo pera saber a uerdade desto feito se passara asi como aqui he escrito. E achamos per fidalgos asi como...” (in *PMH-Scrip.*, pgs. 227-228).

históricos muito breves e sem ligação; os dois últimos já apresentam fio narrativo. O IV fragmento, segundo Rodrigues Lapa (42-a), é do começo do século XIV, e o III, refundição e ampliação do IV, é da segunda metade do século XIV, “possivelmente dos seus fins”.

VI — CRÔNICA DA CONQUISTA DO ALGARVE — Breve crônica do começo do século XV. Estilo e técnica narrativa já bem próximos do de Fernão Lopes. (42-b)

VII — CRÔNICA BREVE DO ARQUIVO NACIONAL — Breve história dos reinados portugueses desde o Conde D. Henrique até D. Dinis (1100-1325). Foi redigida em 1429 (42-c).

VIII — CRÔNICA DA FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE S. VICENTE DE LISBOA — Também breve crônica, do começo do século XV (42-d).

IV — RELAÇÃO DA VIDA DA GLORIOSA SANTA ISABEL — Biografia até certo ponto extensa. Pelo estilo narrativo e pela linguagem, parece ser da primeira metade do século XV. (42-e)

X — VIDA DE D. TELO — Como a anterior é uma biografia em que a história de contamina de matéria lendária. (42f)

(42a) — V. Rodrigues Lapa, *Lições...*, pg. 206. Rodrigues Lapa opõe-se à idéia de Alexandre Herculano (exposta nos *PMH-Scrip.*) de que o fragmento III, que é o mais importante, tenha sido uma tentativa de Duarte Galvão para a sua *Crônica de D. Afonso Henriques*, sustentando, por seu lado que êsses fragmentos, nascidos de uma crônica anterior (ainda por se identificar), são do século XIV. Esses fragmentos estão hoje na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto. Publicou-os A. Herculano in *PMH-Scrip.*, pgs. 23-32.

(42b) — Crônica descoberta em 1788, por Frei Joaquim de Santo Agostinho, no Arquivo da Câmara Municipal de Tavira. Está publicada nas *Memórias da literatura portuguesa*, 1792, vol. I, pgs. 74-98 e nos *PMH-Scrip.*, pgs. 415-20.

(42c) — In *PMH-Scrip.*, pgs. 22-23.

(42d) — In *PMH-Scrip.*, pgs. 407-414.

(42e) — In Frei Francisco Brandão, *Monarquia lusitana*, VI, pgs. 495-534.

(42f) — In *PMH-Scrip.* Acrescente-se a estas crônicas a tradução portuguesa, feita por ordem de D. Dinis, da *Segunda crônica geral* ou *História geral de Espanha*, de que temos duas edições: 1.^a ed., Coimbra, Imprensa Literária, 1863, por Antônio Nunes de Carvalho (a impressão desta obra ficou interrompida a pg. 192); 2.^a ed., (da parte que se refere a Portugal), feita por A. de Magalhães Bastos, in *Crônica de cinco reis de Portugal*, Pôrto, Livraria Civilização, 1945, pgs. 255-347 (segundo vários códices).

Dêstes primitivos monumentos da historiografia portuguesa pouco se tem ocupado a crítica literária; mais interesse têm manifestado por êles a crítica histórica e a filologia; esta, nêles, sobretudo no II.º e IV.º, tem ido buscar documentos para o estudo da evolução da língua. O pouco interesse da crítica pelos Nobiliários se funda no fato de não terem quase nenhum valor artístico, ou muito menos valor que as crônicas quatrocentistas, principalmente as de Fernão Lopes. Mas — perguntamos — o valor artístico será o único motivo de interesse crítico de uma obra? Uma obra não poderá interessar à crítica, também como documento das idéias e da cultura de uma época, como é o caso dos Nobiliários?

O século XIV, que constitui quase tôda a II.ª época da Idade Média portuguesa, época que vimos caracterizando pelo seu esforço de compreensão da realidade imediata, formulou também uma concepção da história mundial e nacional, concepção muito diversa — como veremos — da que se estabeleceu a partir de Fernão Lopes. Essa concepção, anunciada nas primitivas crônicas monacais, documenta-se nos Nobiliários, sobretudo no mais completo dêles — o Nobiliário do Conde D. Pedro.

Justifica-se, assim, o nosso interesse crítico por êste monumento da historiografia do século XIV. Como se compreendeu, nesse século, a história de Portugal, a história peninsular e universal; de que técnica narrativa se usou na exposição da história; em que sentido os historiadores do século XIV são diferentes de Fernão Lopes — foram as questões que levantamos neste estudo, e tentamos responder.

CAPÍTULO I
PROLEGÔMENOS CRÍTICOS AO
NOBILIÁRIO DO CONDE D. PEDRO

SUMÁRIO :

- I — O código.
- II — Época da sua elaboração.
- III — Problema da autoria.

I — O CÓDICE

O mais antigo manuscrito que possuímos, do **Nobiliário**, assim o descreve Alexandre Herculano: “é um volume em fólio de 228 folhas numeradas, ricamente encadernado em 1693 por ordem do guarda-mor D. Antônio Álvares da Cunha, que o achou na mesma Tôrre (do Tombo) desordenado e maltratado. Um fragmento que faltava e que constitue quase tôda a segunda metade do título 36, fôra já anteriormente restituído por uma cópia que existia na livraria do duque de Bragança, D. João, depois rei, no tempo do guarda-mor Gregório Mascarenhas Homem”. (43)

Tal códice não é, como concluiu o mesmo Alexandre Herculano, o original do século XIV: “Numa espécie de prólogo em forma de epístola dedicatória a D. Pedro II, Cunha afirma que o códice fôra mandado copiar por Damião de Góis. Esta afirmativa destituída de provas, e cuja origem debalde procuramos, é difficil de conciliar com os indícios que o próprio manuscrito subministra. Comparando os caracteres em que está escrito o Nobiliário com os dos livros chamados de leitura nova de D. Manuel, parecem-nos aqueles caracteres assemelharem-se antes aos dos mais antigos volumes dessa tão esplêndida como inexata coleção, do que aos dos que se escreveram no reinado de D. João III, alguns dos quais são rubricados por Góis. Supomos até mais provável que o códice da Tôrre remonte aos fins do século XV”.

“Em um volume de apontamentos históricos (continua Alexandre Herculano) coligidos na primeira metade do século XVI que existe na Biblioteca Real da Ajuda, apontamentos que na máxima parte são da letra de Fernão de Pina, transcrevem-se frequentemente passagens do Livro das Linhagens. A citação dessas passagens, feita não em relação aos títulos, mas sim aos fólios, corresponde exatamente aos lugares em que essas passagens se acham no

(43) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 141.

manuscrito do Arquivo (da Tôrre do Tombo). Vê-se pois que êste transumpto era anterior aos primeiros trabalhos históricos de Fernão de Pina nomeado em 1523, por morte de seu pai Rui de Pina, guarda-mor da Tôrre e cronista-mor. Assim, o códice não podia ser mandado escrever por Damião de Góis, que substituíu Rui de Pina em 1548". (44)

Pelas afirmações de Herculano, conclui-se que não podemos fiar completamente da cópia que nos chegou. Feita no fim do século XV, ou começo do XVI, e não sabemos se do original, modificou, como era de costume, o texto primitivo. Estamos mesmos convencidos de que essas modificações foram além da modernização de algumas palavras: chegaram a interpolações, como procuraremos demonstrar mais adiante. Felizmente essas alterações não foram ao ponto de tirar à obra o caráter primitivo: da obra original o essencial para o nosso estudo se conservou: concepção da história e estilo narrativo.

II — ÉPOCA DA ELABORAÇÃO

E' impossível dizer, exatamente, quando foi iniciada e terminada a elaboração do *Nobiliário do Conde*. O que se pode é aventar hipóteses, datas extremas que limitem aproximadamente a época dentro da qual a obra se elaborou.

No Título VI, como observou Herculano, (45) uma referência a Felipe o Ousado, rei de França, dá-lo como vivo: "Este rrey Lois ouue filho rrey Philipe que agora he". Ora, Felipe o Ousado reinou de 1270 a 1285, portanto, interpretando-se à letra esta passagem, temos de admitir que o *Nobiliário* (ou pelo menos êste trecho) já estava sendo elaborado em fins do século XIII, quando, é preciso notar, o Infante bastardo ainda estava na infância. Para tal admitir é necessário que também se admita ser apócrifo o Prólogo, em que o Conde se dá como iniciador da obra. Esta conclusão parece-nos mais forçada do que aceitar a citada passagem como um descuido do redator, que, copiando uma fonte histórica, ignorasse ou esquecesse que a seu tempo, século XIV, Félipo o Ousado já não vivia. (46)

(44) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 141-142.

(45) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 313.

(46) — Gonzaga de Azêvedo, in *Hist. de Portugal*, vol. IV, pg. 289, admite a hipótese de ser êsse rei Filipe, não Filipe, o Ousado, mas Filipe Augusto (1180-1223), o que, a ser provado mais reforça a nossa tese: que a referida passagem foi um descuido do compilador no *Nobiliário*.

Admitido o Prólogo como verdadeiro, isto é, inspirado ou escrito pelo Infante bastardo, podem-se dar como início da elaboração do Nobiliário os anos que medeiam entre 1314 e 1325:

1314 — porque D. Pedro se atribui o título de **conde**: “Porém eu comde dom Pedro, filho do muy nobre rey dom Denis...” — e êste título só o recebeu em 1314;

1325 — porque, nesta mesma passagem, D. Dinis é dado como vivo; e D. Dinis morreu em 1325.

Isto é o que se pode dizer sôbre o início da elaboração da obra. Quanto ao término, é mais difícil chegar a uma afirmação precisa.

Se atentarmos na matéria contida na obra, diremos que sua elaboração terminou em fins do século XIV, pois o último rei português a que o Nobiliário se refere, pondo-o já no passado, é D. Pedro I.

“... Este rrey dom Pedro chamaromno assy (justiçoso) porque no seu tempo esteue sempre o rreyno manteudo e guardado em justiça. Este rrey podemno com rrazom chamar graado por as gramdes comtias de marauidiis em que pôs os fidallos de sua terra, e este foy amator graçioso homrrador dos boons...” (47).

Mas isto não é tudo: o códice que possuímos não é original, e sim cópia da época de D. Manuel; e mais, não é cópia fiel, pois que moderniza a linguagem do texto primitivo e aumenta-o com pelo menos uma interpolação (Título XXXV). Daí concluirmos que a elaboração da Nobiliário só terminou, a rigor, no tempo de D. Manuel. (47-a)

(47) — V. *Nob.*, in *PMH-Scrip.*, pg. 278.

(47a) — As alterações e refundições feitas em tais obras justificavam-se pelo princípio, unânimemente aceito até o século XV, de que as obras, sobretudo as de história, não eram propriedade individual, mas coletiva. O princípio da propriedade literária individual só no século XVI, ou talvez durante o século XV, é que começa a se definir. Ainda no século XVII João Batista Lavaña, publicando o *Nobiliário do Conde D. Pedro* alterou-o em muitos passos, respeitando apenas a linguagem, ou o estilo antigo, “pelo que se deve à (sua) venerável antiguidade”, diz o mesmo Lavaña no Prefácio de sua “tradução”.

Concluindo: o Nobiliário foi iniciado entre 1314 e 1325; no fim do século XIV, reinado de D. Fernando, ficou concluído no mais importante de sua matéria; um século depois, reinado de D. Manuel, passou por uma última refundição.

III — PROBLEMA DA AUTORIA

O problema da autoria do Nobiliário é bem diverso daquele que nos apresentam algumas obras anônimas do século XV, como a *Côrte Imperial* e a *Crônica de Nun'Álvares Pereira*. Problema "sui generis" porque, em princípio, não se trata de um anonimato.

Logo nas primeiras linhas do Prólogo um autor se nomeia:

"Porêm eu comde dom Pedro filho do muy nobre rrey dom Denis ouue de catar por gram trabalho por muitas terras escripturas que falluam dos linhageens..." (48)

D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, e de D. Grácia Froes, senhora da Ribeira de Sacavém nasceu no último quartel do século XIII (1289). Em 1314, na distribuição de benefícios feita aos infantes, obteve o condado de Barcelos, vindo a ser o primeiro conde português. Em 1321 toma o partido do irmão germano, o príncipe D'Afonso, na rebelião contra D. Dinis; um ano depois colaborou com a rainha Santa Isabel no apaziguamento da situação, o que sem dúvida contribuiu para que o pai lhe perdoasse e lhe restituisse os bens sequestrados. Depois da morte de D. Dinis (1325), incompatibilizou-se com Afonso IV; perseguido, exilou-se na Espanha, onde viveu como protegido de Afonso XI de Castela. Morreu em 1354, e, a acreditar-se na in-

(48) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 230. O problema da autoria do *Nobiliário do Conde D. Pedro* começou a ser discutido no século XVII: *Notícia primeira dos livros de linhagens* (Cod. 965, F. Geral, Bib. Nac. Lisboa e Cod. 456, Livraria Alcobacense). O autor desta notícia, que Rodrigues Lapa sugere ser Frei Antônio Brandão, sustenta a autoria de outro filho de D. Dinis, também chamado Pedro, "que jaz sepultado na Sé de Lisboa e a quem por confusão se chamava também Pedro" (Lapa, *Lições...*, pg. 224). (Infelizmente não nos foi possível obter cópia deste mss.). Frei Francisco Brandão, *Monarquia lusitana*, Parte V, liv. 17, pgs. 286-300.

formação de Antônio Caetano de Sousa, (49) deixou a Afonso XI, como prova de reconhecimento, o seu "Livro de cantigas". (50)

Em princípio não há, pois, anonimato. Mas a questão não está encerrada: pois D. Pedro não foi o único autor do Nobiliário; e mais: mesmo como co-autor, D. Pedro o foi num sentido muito especial.

Alexandre Herculano, a propósito dêste problema conclui por afirmar que o Nobiliário é obra escrita por um povo e por uma época, (51) Nada mais certo, entretanto é preciso explicar o sentido destas palavras.

Na Idade Média podem-se distinguir, do ponto de vista da cultura espiritual, dois principais tipos de homem: o homem iluminado pela sabedoria e o homem que é saber, que é conhecimento positivo, que é instruído numa técnica. Mais alta posição social e política ocupava o primeiro; o segundo estava num plano subalterno, de profissional a serviço do Estado (52). Daqui resultou o anonimato de muitos colaboradores da política dos monarcas; só êstes, na mais alta posição de esclarecimento, de sabedoria, só êstes eram considerados os autores da história. O mesmo se verificava no campo da atividade literária: ao patrocinador, aos inspirador de uma obra é que se atribuía a autoria; os colaboradores, muitas vezes verdadeiros autores, ficavam no anonimato, pois estavam colocados no plano do profissional assalariado e do vassalo. Assim é o caso do Livro da montaria, atribuído a D. João I; da Virtuosa benfeitoria, atribuída a D. Pedro o Regente (quando é verdade que não sabemos até que ponto vai sua colaboração e a de Frei João Verba, a quem o Infante encarregou do "acabamento do livro"); assim é o caso das Ordenações Afonsinas (onde a colaboração de Afonso V consistiu apenas em promulgá-las); assim é bem o caso do Nobiliário, inspirado, patrocinado e talvez em mínima parte elaborado pelo Conde de Barcelos.

Dêste modo, concluamos: o Nobiliário não é de D. Pedro, senão num sentido muito especial da palavra "autoria". É obra de co-autoria: patrocinados e orientados pelo infante trabalharam sem dúvida anônimos profissionais — investigadores, tradutores e "retóricos".

(49) — V. *Provas*, I, pg. 138.

(50) — Ainda não foi possível identificar êste *Livro de cantigas*.

(51) — V. *PMH-Script.*, pgs. 135-140.

(52) — Esta idéia desenvolvemos em nosso estudo, *D. Duarte e o "Leal conselheiro"* (Boletim de Letras a sair brevemente).

O problema da autoria do **Nobiliário** deve, portanto, ser considerado do seguinte modo: primeiramente é necessário definir o especial sentido da "autoria" do infante; em segundo lugar, é necessário investigar os nomes de seus colaboradores. Êste segundo aspecto do problema só pode ter, atualmente, uma solução muito precária, pois que êsses colaboradores de tal modo se apagaram no anonimato, que acreditamos não ser mais possível identificá-los. Que existiram, que a obra foi escrita por mais de um autor, não há dúvida: basta considerar o tempo que se levou na composição da mesma, tempo que transcende o âmbito da vida do infante; e considere-se ainda que foi comum na Idade Média, sobretudo nas obras de história, a processo da co-autoria.

Mas a impossibilidade que temos hoje de resolver êste segundo aspecto do problema da autoria, não chega a ser desconsoladora, porque o **Nobiliário** pautou-se por uma filosofia da história e usou de uma técnica narrativa, que podemos dizer "universais" na Idade Média, e a que sacrificaram os colaboradores opinião e estilo pessoais. O mesmo já se não pode dizer das obras de história quatrocentistas, quando a criação histórica é individual, reflete conhecimentos e estilo individuais. Por isso o problema da autoria da **Crônica do Condestável** continua a seduzir a crítica, o que se não verifica em relação ao **Nobiliário**. A nosso ver, no estudo do **Nobiliário**, mais importante do que investigar os nomes dos colaboradores do Conde, é estudar a filosofia da história e a técnica narrativa documentadas pela obra, e caracterizadoras de uma época.

CAPÍTULO II

ANALISE DA OBRA

SUMÁRIO :

- I — Finalidades da obra.
- II — Seu caráter.
- III — Plano e conteúdo.
- IV — Processo de elaboração.

I — FINALIDADES DA OBRA

No prólogo do I.^o Livro Velho especificam-se as suas finalidades:

“Em nome de Deos Amen. Por saberem os homens fidalgos de Portugal de qual linhagem uem, e de quaes coutos, honras, mosteiros, e igreias som naturaes, e per saberem como som parentes, fazemos escreuer este liuro uerdadeiramente dos linhagens daqueles que som naturaes e moradores no reino de Portugal estremadamente. E deste liuro se pode seguir muita prol e arredar muito danno: ca muitos vem de bom linhagem e nom o sabem elles, nem o sabem os reis, nem o sabem os grandes homens: ca se o soubessem em alguma maneira lhes uiria ende bem, em alguma maneira, dos senhores. E os outros nom casam como deuem, e casam em pecado porque nom sabem o linhagem. E muitos som naturaes e padroeiros de muitos mosteiros, e de muitas igreias, e de muitos coutos, e de muitas honras, e de muitas terras, que o perdem á mingoa de saber de que linhagem uem: e outros se fazem naturaes de muitos lugares onde o nom som: porque des o tempo delrey D. Affonso o que ganhou Toledo acá foram feitos os mais dos mosteiros, e igreias, e dos coutos, e das honras. Que em tempo deste rey que reinou longamente foram muitos ricos homens, e infanções que ora poremos por padroens onde descendem os filhos d’algo”. (53)

Mais claramente não se podiam definir as razões práticas da obra: instruir sôbre os verdadeiros títulos da fidal-

(53) — V. *PMH-Scip.*, pg. 143.

guia; evitar os casamentos consanguíneos, casamentos “em pecado”; quando tal se verificasse, instruir os juizes no processo de desquite; instruir os juizes nas pendências sobre os direitos de “padroado”, de “comedoria”, de “casamento” e de “cavalaria”, bem como no de “avcenga” e “retracto”; definir os direitos sobre honras e coutos.

O II.^o Livro Velho já não visa, principalmente, a finalidades jurídicas: o autor, o que deseja, como declara no prólogo, é um arrolamento da fidalguia portuguesa que colaborou na conquista do reino:

“Agora amigos se vos plaze vos conteremos os linhagens dos bons homens filhos-dalgo do reyno de Portugal dos que devem a armar e criar e que andarão a la guerra a filhar o reyno de Portugal. E elles, meos amigos, forão partidos em cinco partes...” (54).

E’ fácil entender que já não se trata de um simples registro civil da nobreza, mas de verdadeira história da fidalguia. Se o I.^o Livro Velho é obra de escrivães de cartório, e se foi elaborado com objetivos exclusivamente práticos, o II.^o Livro Velho foi escrito noutra plano de idéias, e com objetivos morais: conservar a memória do papel da fidalguia na construção da nacionalidade.

Estas considerações têm importância crítica: primeiro, porque nos afastam de velha e inexata idéia de que este segundo nobiliário se reduz a cópia resumida do anterior; se o seu autor utilizou o I.^o Livro Velho como fonte, se o reduziu, fê-lo conscientemente, pois que suas finalidades eram outras; não se trata assim de um simples copista, mas de um “autor” com obra nova, no conteúdo e objetivos. Em segundo lugar, estas considerações têm importância porque explicam a transformação de um gênero historiográfico — catálogo genealógico, em outro — história genealógica; pois que o II.^o Livro Velho já é mais história, ou se querem, já é mais narrativa histórica, tanto pelos objetivos morais, como por conter páginas dramáticas, como são os episódios da vida do Rei Ramiro.

No Nobiliário do Conde D. Pedro, as finalidades que se visam emprestam à obra um caráter ainda mais novo:

(54) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 175.

“Em nome de Deus que he fonte e padre da-
mor, e por que este amor nom sofre nenhuma cou-
sa de mall porêm em servillo de coraçom he car-
reyra rreal, e nenhum melhor seruiço nom pode
o homem fazer que amalo de todo seu sem, e seu
proximo como ssi meesmo, porque este preçeto “he
ho” que Deus deu a Moysês na vedra ley. Porêm
eu comde dom Pedro filho do muy nobre rrey dom
Denis ouue de catar por gram trabalho por mui-
tas terras escripturas que fallauam dos linhageens.
E veemdo as escripturas com gramde estudo e em
como fallauam doutros grandes feitos compuge
este liuro por gaanhar o seu amor e por meter
amor e amizade antre os nobres fidallgos da Es-
panha. E como quer que antre elles deue auer
amizade segumdo seu ordinamento antiigo em dan-
dosse fé pera sse nom fazerem mall huuns aos ou-
tros a meos de tornarem a este amor e amizade per
desfiaremsse. Esto diz Aristotilles que sse “os” ho-
meens ouuessem antressy amizade verdadeira nom
aueriam mester rreys nem justiças, ca amizade os
faria uiuer seguramente em o seruiço de Deus.
E a todollos homeens rricos e pobres compre ami-
zade. E aos que som meninos ham mester quem
os crie e emssine. E sse ssom mançebos ham mes-
ter quem nos comsselhe pera fazer sas cousas se-
guramente. E sse forem velhos ham mester que lhes
acorram aos seus desfalliçimentos. E os amigos
verdadeiros deuemssse guardar em sas pallauras de
dizer cousa per que seus amigos nom venham a
fama ou a mall, ca per hi se desataria a amizade.
E nom se devem mouer a crer de ligeiro as cou-
sas que lhes delles digam de mall e deuemssse guar-
dar segredos e nom deuem retraer as obras que sse
fezerom. E por que nenhuma amizade nom pode
ser tam pura segumdo natura como daquelles que
descemdem de hum sangue, por que estes mo-
uemssse mais de ligeiro aas cousas por omde sse
mantem, ouue de declarar este liuro per titullos
e per allegações que cada hum fidallgo de li-
geiro esto podesse saber, e esta amizade fosse des-
cuberta e nom se perdesse amtre aquelles que a
deuiam auer. E o que me a esto moueo forom sete
cousas. A primeira pera sse comprir e guardar
este preçeto de que primeiro fallamos. A se-

gunda he per saberem estes fidalgos de quaes descenderom de padre a filho e das linhas trauesas. A terçeyra por seerem de huum coraçom de auerem de seguir os seus emiigos que som em estroimento da fé de Jesu Cristo, ca pois elles veem de huum linhagem e seiam no quarto ou no quinto graao ou dalli açima nom deuem poer defferença amtre ssy. E mais que os que som chegados come primos e terçeiros, ca mais nobre cousa he e mais samta amar o homem a seu parente alomgado per diuido se boom he que amar ao mais chegado se falleçudo he. E os homeens que nom som de boo conhecer nom fazem comta do linhagem que ajam senam dirmaãos e primos comirmaãos e segundos e terçeiros. E dos quartos açima nom fazem comta. Estes taaes erram a Deus e a ssy, ca o que tem parente no quinto ou sexto graao ou dalli açima se he de gram poder deueo seruir por que vem de seu sangue. E se he seu iguall deueo dajudar. E se he mais pequeno que ssy deuelhe fazer bem e todos deuem seer de huum coraçom. A quarta por saberem os nomes daquelles domde veem e alguumas bomdades que em elles ouue. A quinta por os rreys auerem de conhecer aos uiuos com merçees por os mereçimentos e trabalhos e gramdes lazeiras que rreçeberom os seus auóos em se guaanhar esta terra da Espanha per elles. A sexta pera saberem como podem casar sem peccado segumdo os sacramentos da samta egreja. A septima pera saberem de quaaes moesteiros som naturaaes e bemfeitores. E por esta materea seer mais crara e os nobres fidalgos saberem gram parte dos linhagens dos rreys e emperadores e dos feitos em breue que forom e passarom nas outras terras do começo do mundo hu os seus auóos foram ademandar suas auentuyras por que elles gaanharom nome e os que delles deçemderom por alguumas nobrezas que aló fezerom. Fallaremos..." (55)

Além das finalidades práticas, visadas já pelo autor do I.º Livro Velho (V. 6.ª e 7.ª finalidades dêste prólogo), D. Pedro procura alcançar sobretudo objetivos morais: ganhar

(55) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 230-231.

o amor de Deus, uma vez que tôda a sua obra fê-la com nobres intuitos (56); mostrar como todos os fidalgos de Espanha se ligam por laços de parentesco, sendo, portanto, necessário que entre todos reine a amizade, pois, como diz Aristóteles, “sse (os) homeens ouuessem antressy amizade verdadeira nom aueriam mester rrey nem justiça, ca amizade os faria uiuer seguramente em o seruiço de Deus”. Considerando que muitos fidalgos estavam afastados da fé cristã, era necessário aproximá-los dos parentes, para que êstes os conduzissem à vida virtuosa, pois que a virtude da amizade não consiste em amar apenas os parentes próximos, mas também os afastados; e grande virtude é zelar, no seio da família, pela fé cristã. D. Pedro deseja ainda avivar, na memória dos contemporâneos, os virtuosos e heróicos feitos dos passados, afim de que tais exemplos frutifiquem. E ainda: recordar aos reis o que devem em mercês aos vivos, pelos serviços que os antepassados dêstes prestaram à monarquia e à Reconquista. Por fim, procura instruir os nobres sôbre a genealogia dos reis contemporâneos.

Está-se a ver que do I.^o Livro Velho ao Nobiliário do Conde deu-se um grande passo, não apenas em conhecimento genealógico, mas também na maneira de interpretar a genealogia. Para o autor do I.^o Livro Velho a nobreza é uma classe definida pela posição social e salvaguardada por direitos que se não deviam esquecer, que haviam de ser defendidos: direito de honras, coutos, avoenga, padroado. De um lado, na mais alta posição, defendida naturalmente, progredindo em fôrça política e econômica, estava a realaleza; de outro lado, também defendida, por direito próprio, bem como munida de considerável fôrça espiritual, estava o clero. Entre ambas tinha de lutar a fidalguia, por fazer valer seus direitos. Para instruir sôbre êsses direitos é que se escreveu o I.^o Livro Velho.

(56) — Foi corrente na Idade Média a idéia do caráter virtuoso da atividade literária com objetivos morais. D. Duarte, no *Leal conselheiro*, expõe e defende esta idéia. (V. nosso próximo Boletim de Letras). Esta idéia chegou a constituir, na Idade Média, o principal critério no julgamento de uma obra; o valor de uma obra se media, não pelos achados da intuição artistica do autor e pelas qualidades da expressão (como se tem feito a partir do Renascimento), mas pelo que obra trazia de verdades teológicas e morais. Sôbre os intuitos morais de D. Pedro e da genealogia, V. o trabalho de Sebastião Pagano, *Aspecto moral da genealogia*.

D. Pedro não esquece tais direitos e não ignora a necessidade de os definir; mas, acima do interesse material de uma história genealógica, seu espírito, sua moral católica enxergam interesses éticos: para que uma monarquia seja perfeita — está claro na consciência política de D. Pedro — é necessário que entre os homens reine perfeita amizade; que no seio das famílias reais e fidalgas haja identidade de espírito e de fé; que uns auxiliem os outros; que todos cultuem a memória dos antepassados e reproduzam seus exemplos de virtude, patriotismo e lealdade; que todos sirvam a Deus de todo o coração.

Tais finalidades puseram D. Pedro em categoria muito diversa da do autor do *I.º Livro Velho*: não simples escrivão de cartório, mas um historiador genealógico, movido de elevados intuits de moral política; já um historiador que compreende a história com objetivos éticos.

Muito naturalmente, tomado já da consciência de historiador, visando a finalidades mais políticas e morais que práticas, foi levado a modificar a natureza dos nobiliários anteriores, a ponto de escrever obra completamente nova no caráter.

II — CARÁTER DO NOBILIÁRIO

Alexandre Herculano filiou o Nobiliário do Conde nos registros nobiliárquicos anteriores, considerando-o, nas diferenças que apresenta, como o resultado de acréscimos e interpolações: “Resume-se a nossa opinião em que os Livros de Linhagens anteriores ao século XVI são apenas expressões diversas da transformação gradual de um registro primitivo da aristocracia, transformação que em parte se tornava indispensável pelo desenvolvimento e multiplicação das gerações, e em parte devia provir da influência de indivíduos e de famílias poderosas que buscariam, com razão ou sem ela, alterar as tradições da própria origem, quando isso servisse a interesses materiais ou a vaidades e emulações nobiliárias”. (57)

Não estamos de acôrdo com o ilustre historiador: primeiramente no que diz respeito à existência de um nobiliário primitivo de que resultaram os que possuímos; hipótese sem fundamento seguro: em nenhum dos nobiliários se alude à existência de uma fonte anterior. Com elementos mais se-

(57) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 135.

guros Alexandre Herculano poderia dizer que o I.^o Livro Velho foi o ponto de partida dos demais nobiliários.

Em segundo lugar, permitimo-nos discordar do ilustre mestre no que diz respeito ao modo como se transformou o “primitivo registro” (?): entre o I.^o Livro Velho e os três nobiliários seguintes, sobretudo entre o I.^o Livro Velho e o **Nobiliário do Conde** não há diferença apenas no conteúdo (alterações e ampliação das linhagens); há diferenças de objetivos, de maneira de compreender a história genealógica, diferenças de processo narrativo; enfim, diferenças que fazem dos três últimos nobiliários um gênero bem diverso do I.^o Livro Velho.

Analiseemos o caráter do **Nobiliário do Conde D. Pedro**.

Este nobiliário, se toma o I.^o Livro Velho como ponto de partida, ou melhor, como fonte de informação, não apenas o amplifica, mas o transforma totalmente: D. Pedro abre a sua obra com um longo prólogo, em que justifica o plano seguido, em que discute as finalidades morais da história genealógica, manifestando, e pela primeira vez em Portugal, consciência dos deveres e recompensas morais do historiador. (58) Entra depois num resumo da história universal; e aqui seu objetivo é demonstrar, entre outras cousas, a ilustre e divina origem dos reis contemporâneos, bem como os laços de consaguinidade que os unia. Por fim, deslinda a linhagem dos nobres fidalgos de Espanha, cuja origem põe em dois heróis da Reconquista: o rei Ramiro e o Cid.

Tudo isto, a obra com esta arquitetura, com o que refilete de conhecimento da história universal, com os objetivos morais a que visa — é muito mais que o I.^o Livro Velho, de que se diferencia, como se vê, não apenas pela amplificação das linhagens e pelas alterações das origens das famílias.

O **Nobiliário de D. Pedro** não é um catálogo genealógico da natureza do I.^o Livro Velho; é muito mais: como pretendeu D. Pedro, é uma história genealógica da civilização hebraico-cristã, escrita segundo a concepção teológica do mundo, e com objetivos morais.

(58) — Compare-se o Prólogo do *Nobiliário do Conde D. Pedro* com o da *Crônica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes: as diferenças denunciam bem diversas concepções da história.

III — PLANO E CONTEÚDO

D. Pedro anuncia, no prólogo, o plano de sua obra:

“... Fallaremos primeiro do linhagem dos homeens e dos rreys de Jerusalem dês Adam atáa naçença de Jesu Cristo. E das comquistas que fizeram os rreis de Syria, e elrrey Faraóo e Nabucodonosor em Jerusalem. Dêsy fallaremos dos rreys de Troya, e dos rreys de Roma e emperadores, e dos rreys da Gram Bretanha que ora se chama Ingraterra. Dêsy dos rreis gentiis que ouue em Persia, e rreys e emperadores que ouue no Egito e em Roma, e da destroiçom de Jerusalem e como dhi leouo Uespasiam pera Roma os noueçentos mill judeus. E dos godos como emtraram a Espanha e o tempo que em ella uiuerom, e como ao depois foy perduda per rrey Rodrigo, e como foy cobrada per elrrey Pallayo ho montesinho, e por elrrey dom Affomssso o catholico e por outros rreys que após elles ueerom. E como per soberba delrrey dom Ordonho de Leom os castellaãos fizeram iuizes que manteuerom a terra em derecho. E de como destes iuizes deçenderom os rreys de Castella de huuma parte e da outra os rreys de Nauarra. Dêsy fallaremos dos rreys de Nauarra e dos d’Aragom e dos de Framça, e domde deçenderom os rreys de Portugall. Dêsy domde deçenderom os nobres fidallgos de Castella e de Portugall e Galliza, e dalguuns feitos que fizeram mostralloemos em breue. E de como deçendem do muy nobre rrei Ramiro de Leom asy como se mostra em as grosas do seu titollo XXI que falla e compremde dos outros tiotillos per allegações em que mostra os que delle veerom. E rrogo aaquelles que depôs mym veerem e uomtade ouuerem de saber os linhageens que acreçentem em estes titollos deste livro aquelles que adiante deçemderem dos nobres fidallgos da Espanha, e os ponham e espreuam nos logares hu conuem”. (59)

(59) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 231. João Batista Lavaña (op. cit., prefácio), procurando justificar as alterações introduzidas na obra de D. Pedro, o que fêz com o único objetivo de ligar a aristocracia portuguesa ao tronco dos Austrias (Lavaña trabalhava na época da dominação espanhola em

Da leitura do trecho final do Prólogo, bem como dos vinte e um primeiros capítulos, não é forçado supor que a obra, como a idealizou e fez escrever o seu "autor", devia conter três partes fundamentais:

I.^a-PARTE: (Títulos I a VII) — Linhagem dos reis contemporâneos, desde a origem adâmica do mundo.

II.^a-PARTE: (Títulos VIII a XX) — Linhagem dos nobres fidalgos peninsulares, com breves relatos de alguns de seus feitos.

III.^a-PARTE: (Título XXI) — História do rei Ramiro, donde descendem os fidalgos peninsulares.

Este devia ser o plano e conteúdo do Nobiliário; entretanto, alterações e sobretudo acréscimos, feitos posteriormente, fizeram que a obra transcendesse de muito o plano primitivo: o acréscimo foi de cinquenta e cinco Títulos (!); as alterações constaram sobretudo de interpolações, feitas do título IV ao XXI.

Podemos então dizer que dois são os planos da obra: um, o primitivo, anunciado claramente no Prólogo; o outro, não já da obra propriamente do Infante, mas da que resultou de contínuas alterações, até a época de D. Manuel.

Deixemos de lado a obra no plano e conteúdo primitivos, já que muitas considerações a êste respeito teriam de se fazer num campo de hipóteses. Consideremos a obra no estado em que nos chegou: qual o seu plano e conteúdo?

Dois são as suas partes fundamentais:

I.^a-PARTE: (Títulos I a VII) — Linhagem dos reis contemporâneos, desde a origem adâmica do mundo; pequena história de Portugal, de D. Henrique de Borgonha até Afonso IV.

II.^a-PARTE: (Títulos VIII a LXXVI) — Linhagem dos nobres peninsulares, com especial desenvolvimento da matéria portuguesa.

Analisemos ligeiramente essas partes.

Na PRIMEIRA há, inicialmente, como se pode ver dêste índice dos títulos, uma história genealógica do mundo antigo e moderno:

Portugal) imputa a D. Pedro intencionais falhas e confusões genealógicas. Se lapsos e desordens existem na obra do Conde, correm estas exclusivamente por conta do processo coletivo e cíclico de sua elaboração, e por conta da incipiência do gênero.

TÍTULO I: Linhagem dos homeens e dos rreys de Jerusalem dès Adam atáa naçença de Jesu Christo.

TÍTULO II: Dos rex da Troya como vem do Linhagem de Dradanus que prymeiro pobrou a Troya e dos rex de Roma e de Julius Cesar e de Çesar Augustu, e de Brucus que pobrou Bretanha e de Costantim de Roma e de Rey Artur atáa Cadualem e Cauadies atáa Gormon.

TÍTULO III: Dos reis gentiis que foram senhores de Persia e de Roma ante o tempo de Jesu Christo e dos godos como veerom aa Espanha e como a comquererom e Delrey Çindinus que foy Rei d'Espanha e de Rey Banba e de rey Rodrigo e do conde Dom Joham e como sse perdeo a terra em aquell tempo e depois como foy cobrada por os reis que hi ouue.

TÍTULO IV: Dos reys que foram de Castella.

TÍTULO V: Dos reys de Nauarra como uem seu linhagem de rey Dom Sancho o Mayor que deçemdeo derytamente delrey Dom Samcho Auarca.

TÍTULO VI: Do linhagem dos reys de França que foram antes Charles Mayne De Charles Mayne que foy rrey de França e dos que delle deçemderam.

Após sucinta história do mundo antigo e moderno, em que o autor mais se preocupa com a linhagem dos reis que com os dramas da história, segue-se, no título dedicado ao Conde D. Mondo, pequena histórica de Portugal, de Henrique de Borgonha até Afonso IV. Aqui muda-se o aspecto interno da narração: a narrativa perde o dinamismo cronológico, ganhando em dramaticidade no parágrafo dedicado a Afonso I e mais adiante no de D. Dinis.

TÍTULO VII: Do Comde Dom Momdo domde deçemdem os reys de Portugall de huma parte procedemdo ao diante e dos outros que delle deçemderom . . . Começa Portugall: e falla delrey dom Affomssso Amriquez o primeyro rrey de Portugall e do que fez no tempo de seu rreynado, e delrey dom Samcho seu filho segundo rrey de Portugall e dos filhos que ouue. Conselho e mandamento que sse fez ao primeyro rrey de Portugall. Delrey dom Af-

fomsso III de Portugall e deste nome o segundo, e delrey dom Samcho seu filho que sse disse Capello. Delrey dom Affomso de Portugall que foy comde de Bellonha filho delrey dom Affomsso e irmão delrey dom Samcho. Delrey dom Dinis e da guerra que ouue com ho iffante dom Affomsso seu filho. Delrey dom Affomsso filho delrey D. Dinis.

A SEGUNDA PARTE da obra é tôda dedicada à linhagem dos nobres peninsulares, sobretudo portugueses. Aqui a narrativa apresenta-se sob dois aspectos: frequentemente o historiador limita-se a desfiar as linhagens; algumas vêzes, no entanto, detém-se na narrativa, a esmiuçar um fato histórico, uma anedota curiosa, uma lenda.

IV — PROCESSO DE ELABORAÇÃO

Há, na Idade Média, muitas obras de elaboração coletiva: não nasceram do saber de um só homem, não refletem idéias de um determinado autor, um ponto de vista individual; refletem o patrimônio de cultura e saber de uma época, respondem a aspirações coletivas, e, nascidas do patrimônio espiritual da coletividade, à coletividade voltam. Este processo de criação literária foi, na Idade Média, um processo consciente, como se pode ver de mais de uma declaração nesse sentido, quer no *Nobiliário do Conde*, quer no *Livro da Montaria*, atribuído a D. João I.

Os autores dessas obras coletivas, reconhecendo não ter sôbre elas direito de propriedade, frequentemente recolheram-se no anonimato.

Mas na criação literária coletiva, o problema mais curioso não é o do anonimato dos autores, que se consideram recriadores de uma matéria coletiva; o aspecto de mais interesse para a crítica é o processo de elaboração de tais obras.

A elaboração não se confina no campo de criação literária de um homem, mas no de uma época: enquanto perdura o clima cultural que determinou o aparecimento da obra, ela vai sendo elaborada. E a elaboração, feita muitas vêzes através de longo tempo, processa-se de dois modos: em linha contínua de labor literário, ou cíclicamente.

A colaboração dos autores se faz de diversa maneira: acréscimos epentéticos e paragógicos; alterações do texto,

na linguagem e no conteúdo; refundições. Os autores sucessivos, que vão alterando o texto primitivo, a ponto muitas vezes de modificá-lo bastante, não perdem a consciência o caráter coletivo da obra, e assim continuam no mesmo anonimato dos colaboradores antecedentes.

Estas considerações têm, a nosso ver, importância, pois evidenciam a necessidade de métodos críticos especiais, quando se trata de estudar obras elaboradas por este processo; além disso sugere problemas de história literária, que têm muito interesse, por exemplo: a "autoria" de tais obras; a restituição de sua forma primitiva; a determinação da natureza e época das alterações; o estudo dos diferentes "meios" de elaboração. Naturalmente, para um trabalho crítico dessa natureza, é necessário o códice ou códices originais. Quando este ou estes não existem, como é o caso do **Nobiliário do Conde**, de que temos apenas o códice manuelino da última refundição, então devemos de nos contentar com hipóteses, cujo valor está em serem prováveis, em serem formuladas com espírito crítico, e não em serem inconclusas.

Na literatura medieval portuguesa, onde várias obras nasceram da elaboração coletiva, a mais importante, pelo interesse do conteúdo, é o **Nobiliário do Conde**.

Ao encarar o problema da elaboração deste nobiliário, é necessário assentar, em princípio, que nele se misturam dois processos de elaboração: o individual e o coletivo.

E' criação individual porque foi obra patrocinada e quem sabe em parte escrita por um autor que no Prólogo se nomeia.

E' criação coletiva porque a obra expressa um patrimônio de cultura e uma concepção da história que são coletivos. Além disso, quando D. Pedro pede o concurso dos vindouros (V. fim do Prólogo) é porque tem claros no espírito os direitos da coletividade sobre a sua obra. Por fim, mesmo que D. Pedro tivesse feito obra individual e não reconhecesse a ninguém o direito de alterá-la, a verdade é que, até o tempo de D. Manuel, foi ela bastante acrescentada, corrigida e até mesmo refundida.

Já discutimos, no capítulo precedente, o problema da "autoria". Consideremos agora o problema das alterações.

O **Nobiliário** deve ter tido, primitivamente, apenas 21 capítulos (Títulos I a XXI). Os Títulos XXII a LXXVI foram acrescentados posteriormente, até o tempo de D. Fernando.

Na parte primitiva há interpolações feitas depois da morte do Conde (1354); e estamos convencidos de que os três seguintes parágrafos da história de Portugal são interpolações:

- 1) — Conselho e mandamento que sse fez ao primeyro rrey de Portugall.
- 2) — Delrrey dom Dinis e da guerra que ouue com ho iffamte dom Affomssso seu filho.
- 3) — Delrrey dom Affomssso filho delrrey dom Dinis. (60).

Se bem atentarmos nas palavras do Prólogo, veremos que esta hipótese mais se confirma, pois o Conde, anunciando com minúcias fatos da história de Espanha, nada diz sobre Portugal, o que significa que os relatos desses parágrafos não estavam previstos no plano original. Mas isto não é tudo: o parágrafo dedicado ao rei D. Dinis já dá D. Pedro como falecido.

O Título XXXV foi tirado do **Nobiliário da Ajuda**, pois que o reproduz, apenas modernizando a linguagem. A propósito desta transposição do título de um nobiliário para outro, merece consideração o processo de que se usou: o autor, ou autores, do **Nobiliário da Ajuda** ao elaborar o título XXXV de sua obra, tomou como fonte o **Nobiliário do Conde**, completando as informações aí colhidas. O refundidor manuelino do **Nobiliário do Conde** foi, por sua vez copiar o título XXXV do **Nobiliário da Ajuda**, esquecendo-se de mudar a redação nas palavras que denunciavam a origem alheia do título. Vejamos os textos:

**NOBILIÁRIO DA AJUDA
(T. XXXV)**

Diz o conde dom pedro en
seu liuro que
... ..
E nós fizemos muyto em
nosso tempo pera saber a
uerdade desto feito si pas-
sara asi como aqui he es-
cripto
... ..

**NOB. DO CONDE
T. XXXV)**

Diz o comde dom Pedro em
seu liuro que
... ..
E nós fizemos muito em
nosso tempo pera saber a
uerdade deste feito, se pas-
sára assy como aqui he es-
cripto
... ..

(60) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 245-257.

E ó depòys a gram tempo alguns que lhi bem nom queriam por seu omizio que auya com eles repetiam as paluras hu el nom estaua que lhi disseram os donzees no paaço del Rey, e desto reqreceu a fama “a qual achou o conde e fezea escreuer em seu livro” (passagem respançada. (61)

E a depois a gram tempo alguuns que lhe bem nom queriam por seu omizio que auia com elles rrepetiam as pallauras hu elle nom estaua que lhe desserom os domzees no paaço delrey, e desto rrecreção a fama. (omittido o trecho respançado). (62)

A refundição manuelina incorporou à obra alterações marginais, interpolações e paragoges, e além disso em vários passos modernizou a linguagem. Note-se ainda que essa refundição foi feita sem método, pois que frequentes referências a títulos e parágrafos estão quase sempre em desacôrdo com o texto.

A nosso ver, três são os principais “meios” de elaboração do *Nobiliário do Conde*:

O primeiro “meio” é o do “autor”, D. Pedro. “Meio” que compreendeu a história genealógica segundo os objetivos referidos no Prólogo.

O segundo “meio” é o fim do século XIV, que cremos seja a época em que se escreveu o *Nobiliário da Ajuda* e a época em que se acrescentaram ao *Nobiliário do Conde* os cincoenta e cinco capítulos restantes. Não é possível dizer, com absoluta certeza se então ainda se estava dentro da mesma concepção da história genealógica, bem como dentro da mesma filosofia da história; o que é inegável é que ainda se dava muita importância às linhagens, pois que a parage de 55 capítulos é toda dedicada a essa matéria. Do ponto de vista crítico, a mais importante contribuição dêste segundo “meio” é a amplificação do TÍTULO VIII, na parte correspondente à genealogia dos reis portugueses, onde se escreve, embora resumidamente, uma história de Portugal, com especial atenção ao reinado de Afonso I e D. Dinis.

O terceiro “meio” situa-se em volta de 1500, quando se fêz a refundição final da obra (códice que possuímos).

(61) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 227-228.

(62) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 313-314.

Então todo o sistema de idéias que nortearam a elaboração do Nobiliário, no século XIV, bem como seu estilo narrativo, já estavam superados pelos cronistas de quatrocentos; seus objetivos tinham, há muito, perdido o interêsse; cremos que a refundição visou apenas a conservar um documento histórico.

CAPÍTULO III
A CONCEPÇÃO DA HISTÓRIA NO
NOBILIÁRIO DO CONDE D. PEDRO

SUMÁRIO :

- I — Introdução.**
- II — Universalismo histórico.**
- III — Providencialismo e predestinação.**
- IV — História moral.**
- V — Realismo histórico.**
- VI — História genealógica.**

I — INTRODUÇÃO

Até hoje não se fez um detido estudo crítico dos elementos mais importantes do **Nobiliário de D. Pedro**: a concepção da história e o estilo narrativo. Frei Francisco Brandão viu no **Nobiliário** apenas uma fonte informativa. (63) Alexandre Herculano por duas vêzes ocupou-se dos nobiliários (64) e prestou inestimável serviço publicando-os no **PMH-Scriptores**. Mas os estudos de Alexandre Herculano não foram muito além de considerações históricas sobre as razões práticas dos registros geneológicos, e da determinação das datas e do valor dos textos que nos chegaram. Verdade é que Herculano não fazia estudos de crítica literária, mas de historiador empenhado em inventariar e publicar documentos sobre a Idade Média.

Teófilo Braga (65) pouco ou nada acrescentou às considerações de Alexandre Herculano: duas idéias sobre as razões que determinaram a organização desses registros nobiliárquicos, o encarecimento de seu valor documental no que se refer ao estudo da matéria contida nos **cancioneiros** e o elogio do sabor literário de algumas de suas páginas narrativas. D. Carolina Michaelis de Vasconcelos já trouxe algumas acertadas idéias para o problema das fontes do **Nobiliário do Conde**. J. J. Nunes, que como a ilustre doutora muito investigou nos nobiliários o ambiente social do trovadorismo e a biografia dos trovadores, (66) limita-se a lhes

(63) — V. *Monarquia Lusitana*, vol. V, Livro 17, pgs. 286-300. Ao lado de Frei Francisco Brandão ponha-se, no século XVII, o autor da *Notícia primeira dos livros de linhagens* (V. nota 48).

(64) — V. *Memória sobre a origem provável dos livros de linhagens e Os livros de linhagens*.

(65) — *História da literatura portuguesa — Primeira época: Idade Média*, pgs. 373-377.

(66) — Referimo-nos aos trabalhos destes beneméritos investigadores, no campo do trovadorismo português. D. Carolina Michaelis ocupou-se particularmente dos *Nobiliários*, no *Groebers Gundriss*, II, 2; e J. J. Nunes, *A prosa medieval*, in H.L.P.I., I, pgs. 122-125.

negar valor como documento da história política de Portugal, embora lhes reconheça valor como documento para o estudo dos costumes da Idade Média.

Recentemente três críticos se ocuparam dos nobiliários: Luís Cardin (67), A. Botelho da Costa Veiga (68) e Rodrigues Lapa (69): o primeiro com um estudo sobre as prováveis fontes do II.º Título do Nobiliário do Conde; Veiga traz elementos novos para a data de elaboração dos nobiliários; Rodrigues Lapa faz excelentes considerações sobre o valor literário de algumas páginas desses primitivos monumentos da historiografia portuguesa.

Conquanto estimável, no valor, a bibliografia crítica sobre os Nobiliários, não chegou ela a ferir todos os temas de interesse contidos nesses monumentos históricos. Sobre tudo no Nobiliário do Conde há dois aspectos que julgamos de bastante interesse crítico: a concepção da história e a técnica narrativa.

Quando se alegasse que uma e outra questão têm pouco interesse, pelo pequeno valor artístico da obra, fruto de uma época de incipiente atividade historiográfica, não se pode negar que é impossível compreender todo o sentido renovador da obra de Fernão Lopes, desconhecendo-se os tentames historiográficos anteriores. Que trouxe Fernão Lopes, de novo, em concepção da história e em técnica narrativa? Só o estudo destes elementos na historiográfica anterior podem responder cabalmente a esta interrogação. Mas não é só isso: pergunta-se: que determinou as características fundamentais da obra de D. Pedro: uma história genealógica da Península e do mundo, com algumas fugas de narração dramática? Foi porventura incapacidade dos "autores" para escrever uma obra como as crônicas de Fernão Lopes? ou foi uma definida concepção da história a que devia corresponder especial técnica narrativa. Por outras palavras: a obra, no gênero em que se fez e no estilo em que se escreveu, documenta pobreza de recursos narrativos, ou intenção definida em face de determinado gênero histórico? E' o que vamos tentar demonstrar neste capítulo e no seguinte.

(67) — V. *Estudos de literatura e de linguística*, pgs. 91-110.

(68) — V. *Os nossos Nobiliários medievais*.

(69) — V. *Lições de literatura portuguesa*, pgs. 214-224.

II — UNIVERSALISMO HISTÓRICO

O homem da Idade Média vê o mundo fenomênico de um ponto de vista teológico: em unidade absoluta em Deus, comêço e fim de tôdas as cousas. Esta mesma concepção unitária do mundo passou para a história. Os primitivos historiadores portugueses, como os espanhóis, os italianos, os ingleses, não podiam compreender a história de um ponto de vista estritamente nacional, mas a história nacional projetada no plano da história universal. Do mesmo modo que se não compreendiam o homem ou um aspecto da natureza como individualidades absolutas, mas no conjunto do universo, nascido da vontade de Deus e com seu destino também em Deus.

Além disso, países novos como Portugal, mal saídos de uma longa época de indiferenciação política e cultural, viam ainda, nos séculos XII, XIII e XIV, uma fase de formação do caráter nacional; daí e necessidade de se procurar prestígio histórico no passado, onde se enraizasse a história nacional; daí o recuo que todos êsses povos novos fizeram, do meridiano iniciador de sua história, a um pretérito ilustre: ao Império gótico-hispânico, como fizeram alguns historiadores peninsulares; ao Império romano-cristão, como fez Afonso X (*Cronica General*) e Dante (*De monarchia*); a Adão, como fez D. Pedro na sua história genealógica.

O estudo da concepção universalista da história, perfilhada pelos primeiros historiadores medievais, mostra, logo de inicio, um contraste: um universalismo que não se opõe a existência de um sentimento nacional. De fato, êste universalismo histórico — de cronistas que, de qualquer modo, sentem o movimento diferenciador de seus países — não está num plano absolutamente humanístico. Os primeiros historiadores medievais são, antes de mais nada, historiadores “nacionais”, em que pese sua concepção universalista da história, pois que nêles se denuncia sempre a consciência nacional. Dois fatos evidenciam essa consciência: a) quando projetam a história nacional, no plano da história universal, não escondem o empenho que têm em dignificá-la, colocando-a na trajetória dos grandes povos da civilização hebraico-cristã; b) quando recuam a história nacional a um passado ilustre, fazem sempre com pontos de vista nacionais: para a França, bem como para a Espanha de Afonso X, a origem da história nacional era o Império romano-cristão; para Portugal, como se documenta

no **Nobiliário** do Conde, as origens da história nacional estão em Adão.

Não é difícil atinar com as razões da diferença entre o universalismo histórico dos espanhóis e dos portugueses.

A formação histórica da Espanha é diversa da formação histórica de Portugal. A Espanha, contra todas as vicissitudes por que passou, com a invasão germânica, logrou manter as tradições da cultura do Império romano-cristão. Depois de resistir do seu reduto nas Astúrias, à invasão moura, reiniciou sua história com a Reconquista; Reconquista que trazia em si ideais de triunfo da Igreja sobre o herege, mas também a idéia da restauração do Império romano-cristão, na forma de um Império hispano-cristão. Foi esta a idéia-fôrça que conduziu a política imperialista da Espanha durante a Idade Média, e determinou a concepção da história expressa na **Cronica General**.

Em Portugal, até o século XIV, bem diversas são as idéias históricas, embora também formadas dentro de uma concepção universalista. A rebeldia e Independência significaram o desmembramento do Império hispano-cristão em gênese; e a existência de Portugal dependia da não aceitação das idéias imperialistas espanholas. Nacionalismo português é posição histórica e moral oposta ao ideário político espanhol: a política da Espanha era dirigir suas forças num sentido centrípeto; a portuguesa, encontrar forças morais e materiais centrífugas, que lhe dessem destino histórico fora do âmbito espanhol.

Daqui resultou em Portugal diversa compreensão da história nacional: busca-se no plano da história universal um passado ilustre, mas não dentro das perspectivas da história espanhola, pois, si assim se fizesse aceitava-se uma concepção da história contrária ao ideário político nacional, contrária aos empenhos de autonomia. Portugal vai então enraizar a sua história no longínquo passado hebraico-cristão.

A concepção universalista de D. Pedro, apoiada numa visão teológica do mundo, obrigava à colocação da história mundial em perspectivas infinitas: a origem e fim da humanidade em Deus: partindo da origem divina da humanidade, acompanhando a evolução da história hebraico-cristã, chega aos modernos Estados católicos; e ao invés de fechar a obra com a história contemporânea, deixa-a reticente, recomendando-se aos pósteros a continuação da mesma:

“... E rrogo aaquelles que depôs mym veerem e uomtade ouuerem de saber os linhageens que acreçentem em estes titollos deste liuro aquelles que adiante deçemderem dos nobres fidallgos da Espanha, e os ponham e espreuam nos logares hu conuem”. (70)

Esta visão teológica da história só reconhece, à história, dois marcos limitadores, e ambos de caráter transcendente: a Origem e Fim divinos da humanidade; entre ambos a história se desenvolve como a sucessão de episódios de um único drama humano: a luta entre o Bem e o Mal.

Só no século XV, a começar com Fernão Lopes, o drama histórico se reduziria a perspectivas finitas: a história nacional, as crônicas régio-cêntricas.

Quando se fala, na Idade Média, em universalismo e infinito históricos, é necessário não presumir um universalismo de caráter **absoluto**, mas **relativo**: pois que êsse universalismo está condicionado por um conhecimento histórico limitado à civilização ocidental; e, apoiado na concepção hebraico-cristã da história, só considera os povos que percorreram e percorriam a trajetória dessa civilização, ou nela interferiram e interferiam. O caráter relativo do universalismo histórico medieval está patente no plano que D. Pedro se traçou:

“... Fallaremos primeiro do linhagem dos ho-meens e dos rreys de Jerusalem dê Adam atáa naçença de Jesu Christo. E das conquistas que fezerom os rreis da Syria, e elrrey Faraáo e Nabucodonosor em Jerusalem. Dêsy fallaremos dos rreys da Troya, e dos rreys de Roma e emperadores, e dos rreys da Gram Bretanha que ora se chama Ingraterra. Dêsy dos rreys gentiis que ouue em Persia, e rreys e emperadores que ouue no Egipto e em Roma, e da destroioçom de Jerusalem e como dhi leou Uespasiam pera Roma os noueçentos mill judeus. E dos godos como entraram a Espanha e o tempo que em ella uiuerom, e como ao depois foy perduda per rrey Rodrigo, e como foy cobrada per elrrey Pallayo ho montesinho, e por elrrey dom Affomssso o cathólico e por outros rreys que após elles veerom. E como per soberba delrrey

(70) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 231.

dom Ordonho de Leom os castellaãos fizeram iuizes que manteuerom a terra em dereito. E de como destes iuizes deçenderom os rreys de Castella de huuma parte e da outra os rreys de Nauarra. Dêsy fallaremos dos rreys de Nauarra e dos d'Aragom e dos de Framça, e domde deçenderom os rreys de Portugall..." (71)

III — PROVIDENCIALISMO E PREDESTINAÇÃO

A concepção teológica da história, adotada por D. Pedro, traz em si a idéia do providencialismo divino na trajetória da civilização hebraico-cristã, predestinada a restaurar o Império de Deus.

O *Nobiliário* não discute as idéias da predestinação e do providencialismo; mas é fácil entreyê-las:

Primeiramente, na própria concepção universalista adotada: a humanidade nasceu do ato criador de Deus; em Deus está a Origem do mundo e dos povos. Em segundo lugar, na concepção dramática da história: depois da queda de Adão a humanidade dividiu-se em dois partidos: os que seguiram e seguem a "vedra ley" e os que viveram e vivem "em pecado"; e tôda a história da humanidade se resume na luta entre as duas facções; a melhor arma com que luta a facção do Bem é a certeza da justiça divina, que premeia os bons e castiga os maus.

A Providência divina conduz a história da humanidade, demonstra-se em muitas páginas do *Nobiliário*:

"... Quando foy morto rrey Salamon rrey-nou seu filho Roboam e per sa torpidade e per sa maldade e per maa comselho que cria ás gemtes mançebas perdeo seu rreyno de Isrraell. E perdeo os dez tribos e oueos Iheroboam o filho de Naball seu imiigo. A Iheroboam deu nosso senhor ho rreyno que o seruisse com elle e o teuesse por senhor. E elle fez dous bezerros douro e pôs huum em Dam e outro em Betell e fezeos homrrar aos tribus de Isrraell. E por este pecado que fez Jero-boam tomou maa carreyra el e todo seu fosado".
(72)

(71) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 231.

(72) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 232.

Os anjos, os profetas, os santos e os astrólogos, iluminados por Deus, procuram conduzir os homens pelo caminho do Bem:

“... Em este tempo rreinou Alexamdre em Greçia e lidou com rrey Dario e vemçeo e matou assy como auia profetizado Daniell propheta que disse que do brusgo das cabras naçeria que faria o carneiro dos quatro cornos e quebrantaria a terra”. (73)

“... O çide vemçeo rrey Bucar de Marrocos irmão deste rrey Hunaz com oito rreys. E depois que o çide morreo vençeo rrey Bucar outra vez com todo o poder que pode ajumtar d’Africa: e esto foy per a vertude de Deus que lhe emuiu o apostollo Samtiago em sa ajuda. E nosso senhor mandou dizer ao çide em sa vida por sam Pedro por quall guisa avia de vemçer: e estas duas vezes que o vemçeo forom no campo do Quarto a cabo de Valemça que o çide filhára aos mouros com outros muitos castellos”. (74).

“... Este conde dom Nuno Gomçalluez d’Aualos porque era muy boo cristaão teue Deus por bem de seer sempre vemçedor em todallas batalhas. E huuma noite ante que morresse veo a elle ho angio hu ell jazia oramdo: ante sa cama vio huma craridade muy gramde e huum homem uestido em vestiduras brancas e pergumtou que era, e elle lhe disse que era angio que viinha a elle per mandado de Deus, e que pedisse huum dom quall teusses por bem e que Deus lho outorgaria,* e ell disse que louuado fosse Deus por quamta mercêe lhe fazia e que lhe pedia saluaçom pera alma, e elle lhe disse que esto lhe era outorgado com tanto que nom fizesse peores obras do que elle atáa li fezera, mais que pedisse: e elle lhe pediu que o seu solar numca fosse destroydo, e o angio lhe disse que pedia bem e que Deus lho avia outorgado...” (75)

(73) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 235.

(74) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 258.

(75) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 261.

“... Rey Ramiro foyse a Leom e fez sas cortes muy rricas e fallou com os seus de ssa terra e mostoulhes as maldades da rrainha Alda sa molher, e que elle avia por bem de casar com dona Artiga que era d’alto linhagem: e elles todos a huuma voz a louuaram e ho ouuerom por bem, porque dissera por ella o grande estrollogo Aman que ella era pedra preçiosa antre as molheres que naquelle tempo avia: e aimda disse mais que tanto avia seer boa christãa que Deus por sua honrra lhe daria geeraçom de homeens boos e de grandes feitos e aventurados em bem. E bem parece que Aman disse verdade ca ella foy de boa vida, e fez o moesteiro de sam Juliam...” (76)

Os princípios eternos do Bem acabam sempre por triunfar:

“... Morreo Marga e rreynou seu primo Co-tianus. E foy homem de maa vida que numca soube guardar amigo e era muy folom, e as gentes da terra nom o podiam soffrer. E acordarom todos sobrell e deytaromno da terra. E erguerom por rrey Rinalo que foy muy boom rrey e leall”. (77)

Deus premeia os bons com o Paraíso:

“... Este çide Ruy Diaz viueo bem, e estes beens que fez som escriptos nas cronicas dos rreys e el he em parayso”. (78)

E’ a mesma Providência divina que conduz a vitória dos cristãos contra os mouros, como se pode ver de muitos episódios narrados a propósito dos feitos dos “linhagens”; é a Providência divina que faz que o bom cristão, como nas novelas de cavalaria, triunfe das artimanhas, das bruxarias, dos sortilégios do Demônio:

“... E esto nom foy marauilha por assy teerem, ca hi ouue golpes que derom per çima dos ombros que femderom meetade dos corpos e as

(76) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 277-277.

(77) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 240.

(78) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 258.

sellas em que hiam e gram parte dos caualllos, e outros talhauam per meyo que as meetades se partiam cada huuma a ssa parte: e disserom que Santiago os fizera com sa mão, pero a verdade foy esta, elles foram por os muy boos fidallgos com ajuda de Samtiago, e os mouros viromsse mal-treitos nom o poderom sofrer e foram uençidos”.

(79)

A confiança na Providência divina determina a idéia da Predestinação. No Prólogo do Nobiliário, escreve D. Pedro:

“Em nome de Deus que he fonte e padre damor, e por que este amor nom sofre nenhuuma cousa de mall porêm em seruillo de coração he carreyra rreal, e nenhuum melhor seruiço nom pode o homem fazer que amalo de todo seu sem, e seu proximo como ssi meesmo, porque este preçpto “he ho” que Deus deu a Moysés na vedra ley”.

(80)

No decorrar da obra demonstra-se o triunfo crescente dos princípios eternos do Bem sôbre o Mal, com o que se deixa clara a idéia da Predestinação da humanidade para a restauração do Império de Deus.

Não devemos confundir estas idéias medievais sôbre o Providencialismo e a Predestinação, com o sentido que lhes deram alguns escritores do fim do século XVI e do XVII, como Frei Bernardo de Brito e o Padre Antônio Vieira. O cronista alcobacense e o prêgador jesuítico defendem a idéia do Providencialismo e da Predestinação com intuitos nacionalistas, com objetivo de engrandecer a história de Portugal. Idéias e teses históricas, típicas de uma época de misticismo e de reação nacionalista ante a crise política e moral advinda da dominação espanhola. O Providencialismo e a predestinação, na concepção de D. Pedro, nada tem dêste misticismo nacionalista — é universalismo cristão, é atitude ecumênica, paira acima de atitudes individuais e patrióticas.

(79) — V. *PMH-Scip.*, pg. 280.

(80) — V. *PMH-Scip.*, pg. 230.

IV — HISTÓRIA MORAL

Do que dissemos nos tópicos anteriores, tira-se por conclusão que, dentro de semelhante filosofia da história, não se pode compreender a realidade histórica de um ponto de vista preponderante político e militar, como se fez a partir de Fernão Lopes, pois que êstes aspectos são sempre individualizadores, singularizadores da realidade histórica.

Para o **Nobiliário** a história se processa num único e universal drama — o drama moral, da luta entre os princípios do Bem, e o Mal; fatalidade histórica, desde o momento em que se deu a queda do homem no pecado.

Com esta filosofia, a história se reduz a uma **história moral**, ou, se quiserem, religiosa, no “lato sensu” desta expressão. História moral, onde o que interessa, principalmente, é mostrar a luta entre a Verdade e o erro. Tudo que se agita à distância dessa linha superior do destino da humanidade perde o interesse, pelo que tem de singular, particularizador e digressivo.

Não quer isto dizer, entretanto, que uma obra concebida dentro desta filosofia da história, careça totalmente de fatos políticos e militares, elementos ou aspectos inevitáveis na história; elementos da essência mesma do drama moral dos povos; e ambos, guerra e política, necessários ao triunfo do Bem. Mas se êstes elementos são inerentes à história, no **Nobiliário** interessam apenas na medida em que direta e imediatamente explicam e conduzem o destino da humanidade para Deus. Em si mesmos os fatos políticos e as guerras não têm interesse, pelo menos não têm o interesse que nêles encontrou Fernão Lopes, tão preocupado com a interpretação moral e política da história, quanto com a visão estética dos dramas humanos.

A história moral tem objetivos próprios, como expôs D. Pedro em seu Prólogo: demonstrar a origem e destino divinos da humanidade; demonstrar a existência dos princípios eternos do Bem e a infalibilidade das leis e da justiça de Deus; acordar no coração dos homens o sentimento da amizade, uma vez que se demonstra serem todos irmãos perante Deus, e quase todos parentes entre si.

Êstes objetivos morais, para D. Pedro muito mais importantes, como já dissemos, que os de natureza material, fizeram do **Nobiliário** uma obra de nobres intenções. Com êstes elevados intuitos não podia D. Pedro alimentar, nem admitir, entre os cristãos, qualquer forma de desharmonia, nem entre os Estados católicos qualquer forma de prejuízos nacionalis-

tas. A Inglaterra, a França, Castela, Aragão, Navarra, a Galícia e Portugal, o Nobiliário compreende-os todos irmanados no mesmo ideal cristão, ligados pelo destino histórico, no empenho de restaurar o Império de Deus. Acima dos interesses particulares de cada indivíduo, de cada Estado, deve prevalecer o respeito ao “preçeto que Deus deu a Moysés na vedra ley: nenhum melhor seruiço nom pode o homem fazer que amalo (a Deus) de todo seu sem, e seu proximo como ssi meesmo”. (81)

Concepção moral da história bem diversa da que dominou a partir de Fernão Lopes, em que a história deixa de ser vista de um ponto de vista transcendentemente moral para se ver de um prisma político e nacionalista.

V — REALISMO HISTÓRICO

Quem ler o Nobiliário com atenção mais nos episódios particulares, que na totalidade da obra e no espírito do “autor”, discordará do que acabamos de afirmar: com frequência se encontram relatos de cru realismo, quer pelo fato em si, quer pelo indecoroso dos termos em que se narram:

“... E rreynou seu filho Abia em Judá e em seu loguo, e amdou nos peccados de seu padre e nas abolezas e nom temia Deus e nom rreynou mais de tres annos, e morreo e soterraromno em Jerusalem com seus parentes, e rreynou seu filho Asa”. (82)

“... Passou Gobordiam e rreinou seu filho que ouue nome Marga. Morreu Marga e rreynou seu primo Cotianus. E foy homem de maa vida que numca soube guardar amigo e era muy folom, e as gentes da terra nom o podiam sofrer. E acordarom todos sobrell e deytaromno da terra”. (83)

“... E o comde dom Hordonho irmão deste comde com Nunalvarez jouue com huuma sa irmã per força, e fez em ella dom Garçia Ordonhez, o que lidou o rreto em Çamora polla morte delrrey dom Samcho”. (84)

(81) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 230.

(82) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 232.

(83) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 240.

(84) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 261.

“... E o comde dom Manrique ouea em toda sa vida, e ouue estes tres filhos que já dissémos, o comde dom Pedro de Molina a que ficou depôs sa morte, e a rrainha dona Mafalda de Portugall, e dona Maria Manrique que foy casada com dom Diego o boo e fez em ella dom Lope el Ruyo: e depois que fez este filho com dom Diego e boo seu marido foy máa molher, e foisse pera huum ferreyro pera Burgos”. (85)

“... e a filha ouue nome dona Samcha e demandoua o emperador, e ella com medo de seu irmão nom se atreueo, e como aquella que queria fazer mall deu peçonha a seu irmão e matouo e depois foisse pera o emperador e foy sa barregaã”. (86)

Exemplos como êstes poderíamos apresentar muitos. Como explicar êste realismo narrativo, que surpreende e choca? Como conciliar com o moralismo, com o transcendente moralismo do “autor”? Da mesma maneira que o explicamos na narrativa bíblica:

“... E tinha setecentas mulheres, princesas, e tresentas concubinas: e suas mulheres moveram seu coração.

Porque sucedeu que, no tempo da velhice de Salomão, suas mulheres inclinaram seu coração após outros deuses: e seu coração não era inteiro para com Jeová seu Deus, como o coração de David seu pai”. (87)

“... Tornando pois o Rei do jardim do palácio à casa do convite do vinho, Hamã se deixara cair sôbre o leito, em que estava Ester, então disse o Rei, porventura quereria êle também forçar a Rainha perante mim nesta casa. Saindo esta palavra da boca do Rei, cubriram a Hamã o rosto”. (88)

(85) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 262.

(86) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 265.

(87) — *Bíblia Sagrada*, trad. Pd. João Ferreira A.Almeida, REIS, I, XI, 3/4.

(88) — *Idem*, ESTER, VII, 8.

Aqui, como no *Nobiliário*, obra tão próxima, sob vários aspectos, da historiografia hebraico-cristã, a visão realista e crua da vida responde em todo o sentido às intenções transcendentemente morais e teológicas da história. A história da humanidade na concepção hebraico-cristã, concepção perfilhada por D. Pedro, resume-se, como já dissemos, na luta permanente entre a virtude e o pecado; ao historiador compte ver um e outro aspecto da vida, afim de que se mostrem a gravidade do drama moral do homem, a necessidade da Redenção, e em que consiste e infalibilidade da justiça divina.

Os historiadores bíblicos, D. Pedro e muitos outros medievais têm uma compreensão do valor moral da obra de história, bem diversa da que prevaleceu depois do século XV: de certo modo para Fernão Lopes, e definitivamente para os clássicos, o valor moral da obra de história consiste em ser uma fonte apenas dos melhores exemplos de virtude moral, política e religiosa, um espelho de vidas perfeitas: "historia magistra vitae est", muitas vezes se disse no classicismo, repetindo Cícero. E este exigente moralismo se completou com a preocupação de uma linguagem sempre decorosa e polida.

A propósito do realismo e da sinceridade dos autores do *Nobiliário*, é necessário acentuar que tal atitude não se aplica apenas à história estrangeira e às linhagens, mas também aos monarcas portugueses:

"... E filhou elrrey dom Samcho huuma dona por amiga e ouue della, dona Orraca Samchez, e dom..." (89)

"... Reynou seu filho depôs ell do Affomsso que foy muy boo christaão no começo mais na çima foi peor... Reynou seu filho dom Samcho, e começou muy bem de seer muy boo rrey e de justiça, mas ouue máaos comsselheyros, e dê s all adeamte nom fez justiça. E sayo de mandado aa rrainha dona Biringuella sa tia e casousse com Miçia Lopez, e dê s all foy pera mall". (90)

"... Reynou seu filho rrey dom Dinis, e foy muy boo rrey e de gram justiça e muy boo cristaão,

(89) — V. *PMH-Scip.*, pg. 255.

(90) — V. *PMH-Scip.*, pg. 256.

e fez muito por a santa igreja. E casou com dona Isabel filha delrey dom Pedro d'Aragom, e ouue filhos della, ... E ouue outros filhos de barra-gaãs..." (91)

Acima da vida contingente e miserável dos homens estão os princípios eternos de Deus: o erro, o pecado de um homem não invalida êsses princípios. D. Pedro não faz uma história nacional, sob compromissos políticos ou de classe, nem com pudores exagerados; faz a história dos homens como êles foram, com virtudes e pecados; a história de uma humanidade em crise moral desde a queda adâmica; de uma humanidade que tinha de compreender, numa visão realista do passado e do presente, a necessidade de combater o erro e procurar, pela virtude, restaurar o Império de Deus.

VI — HISTÓRIA GENEALÓGICA

A visão unitária da história da humanidade implica, obrigatoriamente, na determinação de um elemento unificador dessa mesma história. No *Nobiliário* êsse elemento é de dupla natureza. De natureza abstrata: o providencialismo divino na luta do homem entre a virtude e o pecado. De natureza concreta: a linha genealógica: a humanidade nasceu de Adão, e, na trajetória da civilização hebraico-cristã, os imperadores e reis, que conduziram a história política dos diversos povos, se ligam por laços de parentesco, o mesmo se dando com a fidalguia de Espanha entroncada no Rei Ramiro e no Cid.

Aqui estão os princípios fundamentais da filosofia da história adotada no *Nobiliário*: unidade transcendente e unidade material da história do mundo. Dêste modo, se por um lado se procurar compreender a origem e destino divinos da humanidade, o providencialismo de Deus, a infalibilidade de sua justiça e a necessidade da Redenção; por outro lado se demonstra que os imperadores e reis contemporâneos, sobre terem a mesma origem, ligam-se, como os fidalgos da Península, por laços de parentesco, argumento de que o historiador moralista usa para concitá-los à paz, à concórdia, enfim, à amizade devida entre parentes.

O *Nobiliário* de D. Pedro, já o dissemos, não é um catálogo genealógico, da natureza do I.^o Livro Velho, como também não é uma história política de Portugal: — é, própria-

mente, intencionalmente, uma **história genealógica** da civilização hebraico-cristã, seguida de uma história genealógica da fidalguia peninsular (com especial desenvolvimento da fidalguia de Portugal).

Tendo por finalidade desfiar a genealogia dos reis da civilização hebraico-cristã e a dos fidalgos peninsulares, o que, em princípio, interessa ao **Nobiliário** não são os atos políticos ou particulares das personagens da história, senão acompanhar-lhes a linhagem. Isto não quer dizer que o **Nobiliário** se tenha limitado, exclusivamente, a arrolar nomes, a tecer genealogias; se assim procedesse não faria propriamente história, e não poderia demonstrar a concepção teológica da humanidade.

Vivificando as linhagens com dramas históricos, não perde o **Nobiliário** o sentido da proporção: na história genealógica dos reis limita-se, na parte dramática, quase que só ao relato sucinto dos seus atos políticos e dos principais fatos de seus reinados; na parte “dos linhagens” peninsulares, algumas vêzes se detém a arquivar apísdios históricos ou lendários vividos por alguns fidalgos; mas, note-se que o faz sempre no interêsse da história genealógica:

1.º) para explicar a origem de uma família, como é o caso de D. Diego Lopes:

“De dom Diego Lopes senhor de Bizcaya bisneto de dom Froom, e como casou com huuma molher que achou amdando a monte a quall casou com elle com comdiçom que numca se beemzesse, e do que lhe com ella aconteeço, e prossegue o linhagem dos senhores que foram de Bizcaya”. (92)

2.º) para explicar a razão de um apelido de família, como é o caso dos Marinhos:

“Do linhagem domde veem os Marinhos domde o mais lomge sabemos e foram naturaaes de Galliza”. (93)

3.º) “por os rreys auerem de conhecer aos uiuos com merções por os mereçimentos e trabalhos e gramdes lazeiras

(91) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 256.

(92) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 258-259, Tit. IX, § 2.º.

(93) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 383, Tit. LXXIII, § 1.º.

que rreçeberom os seus auóos em sse guanhar esta terra da Espanha per elles”, segundo as palavras do Prólogo. E responde a esta razão capítulos como:

“Dos de que desçemderam os de Memdoça e os de Biscaya e de Crasto e os de Vermuiz, e domde vem os fidallgos de Portugall e de Castella e Galliza, e de Ruy Diaz Çide e dos vemçimentos que ouue e de seu casamento. (94)

“Domde desçemde ho linhagem do solar Lara: dos primeyros de que mais lomge se pode saber. (95)

“Delrrey Ramiro domde desçemdeo a geeraçom dos boos e nobres fidallgos de Castella e Portugall e dalguuns feitos que elle e os que delle desçemderam fizeram”. (96)

“De dom Gomçallo Meendez da Maya o lidador e das batalhas que ouue”. (97)

Assim, o que traz o Nobiliário, na 1.^a e 2.^a parte, é sempre história genealógica, o que, voltamos a insistir, não se deve confundir com catálogo genealógico (que é o caso do I.^o Livro velho) nem com história política, como são as crônicas de Fernão Lopes e dos historiadores seguintes: nos primeiros não há ainda história, ou, se há, é apenas história de nomes, história sem dramas humanos; nas crônicas de Fernão Lopes, o que interessa ao autor é a história política da monarquia, e não a genealogia das personagens.

(94) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 257-258, Tit. VIII, § 1.^o.

(95) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 261-265, Tit. X, § 1.^o.

(96) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 274-279, Tit. XXI, § 1.^o.

(97) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 279-280, Tit. XXI, § 2.^o.

CAPÍTULO IV
TÉCNICA NARRATIVA

SUMÁRIO :

- I — A técnica narrativa do Nobiliário.**
- II — Diverso tratamento da matéria histórica.**
- III — Conclusões.**

I — A TÉCNICA NARRATIVA DO NOBILIÁRIO

A **narração** é, na essência, a estilização do desenvolvimento de um fato. Comumente, entretanto, como se pode observar nas narrativas de ficção, e mesmo nas narrativas históricas, aderem à narração outros tipos de composição: o **diálogo**, a **descrição** e a **dissertação**. É curioso notar que este segundo tipo de narração, complexa pela aderência de outras formas de composição, é mais natural que a primeira, em que se acompanha o desenvolvimento de um fato, com abstração dos elementos aderentes. A narração complexa corresponde a uma intuição realista da complexidade da vida; realista, e também natural, pois que assim procede a criança, assim procede a ficção, e assim procederam os historiadores primitivos, como se pode verificar no **Velho Testamento**. No que diz respeito à história, observa-se que só a experiência narrativa ensinou a abstrair a narração propriamente dita, dos elementos aderentes, ou então a subordinar esses elementos ao interesse exclusivo da narração, resumindo-os, ou abolindo-os quando necessário.

Sem estas considerações não é possível discutir a técnica narrativa do **Nobiliário**.

Seus autores vêm os fatos históricos das duas maneiras: por um lado, abstraindo-os dos elementos aderentes; por outro, vendo-os realisticamente, em toda a sua complexidade.

O primeiro processo narrativo é o que predomina: desfia-se a história da humanidade e das linhagens fidalgas da Península referindo-se quase que apenas a sucessão histórica dos indivíduos, como, por exemplo, nestes trechos:

“... Emtom rreynaua Arfaxat rrey dos Me-
dos, e era rrey sobre cento e noue prouncias. E
Nabucodonosor era rrey de Syria e de Niniue e
lidou com Arfaxat e vemçeo e tolheclhe o regno.
E emtom foy Nabuconosor rrey de Syria e de Ethio-
pia atáa Judea. E emuiou a Holofernes que era

seu vassallo por comquerer a terra de Jerusalem".
(98)

"... Elrrey dom Affomsso foy muy boo rrey e justicoso, e manteue sempre seu rreyno em paz e sem contemda nehuma. E casou com dona Beatriz, filha delrrey dom Affomsso de Castella e de Leom, e ouue della filhos, o iffante dom Dinis, e o iffante dom Affomsso, e a iffante dona Branca que morreo nas Olgas de Burgos omde foy sempre senhora, e hi jaz, ca numca quis seer casada. E morreo elrrey dom Affomsso na era de mill CCCXVII annos, e soterranomno em Alcoça".
(99)

Um ou outro juízo crítico, ligeiras notas descritivas dos caracteres podem intrometer-se em páginas como esta última; entretanto, o que domina é a narração em si, o fato histórico na sua essência.

O segundo processo narrativo, conquanto muito menos frequente, merece, pela complexidade, mais detidas considerações.

A. — Impressionismo narrativo

Neste processo misturam-se, como dissemos, narração, diálogo, descrição e dissertação. A fato histórico é visto em toda a complexidade, mas sempre **impressionisticamente**. O historiador não se detém longamente em nenhum dos elementos de sua narração plástica. E se assim procede, não é porque lhe falte capacidade para criar amplos quadros dramáticos, capacidade que já tem o século XIV, e que está suficientemente demonstrada nas novelas de cavalaria, como a **Demanda do Santo Graal**. (100) As razões do impressionismo narrativo são outras: primeiro, porque a dramatização dos pormenores históricos não é o principal objetivo do **Nobiliário**; segundo, porque — como demonstraremos mais adiante — os autores do **Nobiliário** não se consideram criadores de episódios dramáticos, mas apenas "escritores" que, recebendo-os já estilizados e condensados pela tradição, procuram apenas fixá-los em forma escrita. Para Fernão Lo-

(98) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 245.

(99) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 256.

(100) — *A demanda do Santo Graal*, Rio, Imp. Nac., 1944.

pes o historiador é o artista que cria a dramatização dos fatos, em quadros de belos efeitos artisticos. Para os autores do *Nobiliário*, o historiador é aquêlê que monta uma arquitetura da história e arquiva o que de lendas e narrativas conservou a tradição.

A análise crítica dos episódios dramatizados descobre-lhes além dêsse impressionismo narrativo, processos mais particulares da técnica da narração (nos diálogos, nas descrições e nas dissertações).

B. — O diálogo

Estabeleçamos, em princípio, que o que se encontra no *Nobiliário* é o diálogo histórico, e não o diálogo da obra de ficção (romance, conto etc.). O diálogo histórico não revela uma personagem na sua individualidade psicológica, mas a personagem de um drama histórico, cujas idéias estão condicionadas pelo fato histórico.

Os diálogos do *Nobiliário* são de vários tipos: diálogos curtos, naturais, e longas “falas”, em tom oratório, — como nestes exemplos:

“... E a sergente foy lá e disselhe “homem pobre a rrainha minha senhora vos mamda chamar, e esto he por vosso bem ca ella mandará pensar de vós”: e rrey Ramiro rrespomdeio sô ssy “assi o mande Deus”. Foisse com ella e entraram pella porta da camara, e conheço a rrainha e disse “rrey Ramiro que te adusse aqui?” e elle lhe rrespomdeio “o vosso amor” e ella lhe disse “veeste morto:” elle lhe disse “pequena maravilha pois o faço por vosso amor” e ella rrespomdeio “nom me as tu amor pois daqui leuaste Artiga que mais peças que mym, mais vayte ora pera essa trascamara e escusarmeey destas donas e domzellas e hirmeey logo pera ti”. (101).

“... Quando morreo em Astorga chamou seu filho dom Affomssso Amrriquez e disselhe “filho, toda esta terra que te eu leixo dêas Astorga atáa Coimbra nom percas emde huum palmo, ca eu a gaanhey com gram coyta. E filho toma do meu coração alguuma cousa, que seias esforçado e se-

(101) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 275.

jas companheyro aos filhos dalgo e dálhe sas soldadas todas. E aos comçelhos fazelhes homrra em guiza como ajam todos dereyto assy os grandes como os pequenos. E faze sempre justiça e aguarda em ella piadade aguisada, ca sse huum dia leixares de fazer justiça huum palmo loguo outro dia se arredará de ti huma braça e do teu coração. E porem, meu filho, tem sempre justiça em teu coração e averás Deus e as gemtes: e nom comssemntas en nenhuuma guisa que teus homeens sejam soberbosos nem atrevidos em mal, nem façam pesar a nenhuum nem digam torto, ca tu perderias porem o teu boo preço se o nom vedasses. E chama agora os d'Astorga e mandart'ey fazer a menagem da villa: e logo te torna e nom vaas começo mais que afóra da villa e nom na perderás, ca daqui comquererás o al adiamte. E mamdo a meus vassallos que me vão soterrar a santa Maria de Bragaa que eu pobrey". (102)

Outras vêzes, o que temos não são pròpriamente diálogos, mas monólogos, pois que não há interlocução:

"... Ally forom ao combatimento e fezeromno tam rrijamente que per força o comde dom Froyaz Vermuiz e os seus emtrarom os muros da villa. E do trabalho que hi filhou o comde que rreçeebo e das quedas que cayo de çima dos muros çegou dos olhos. E elrey foy demtro aa villa e vio como o comde era çego, e pesoulhe tanto que mais nom poderia, e dizia a Deus "Senhor porque me fezeste tanto mall que oje eu perco tam boo amigo? eu ante quisera perder o rreyno e a villa, ca eu cedo cobrara todo polla bomdade del". (103)

Algumas vêzes aparece o diálogo direto, outras o indireto:

"... E o comde dom Pero Froiaz irmãoo deste dom Rodrigo Froiaz donde veem os rreys de Portugall disse, "senhor, boo presente vos tem aqui meu irmãoo mais perdeo hi o corpo:" disse elrey com grandes sospiros e lagremas "se ele perdeo

(102) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 254.

(103) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 253.

o corpo gaanhou gram prez e homrra aos de seu linhagem". (104)

"... Quando foi morto rrey Balduc o voador rreynou seu filho que ouue nome Leyr. E este rrey Leyr nom ouue filho, mas ouue tres filhas muy fermosas e amauaas muito. E huum dia ouue sas rrazões com ellas e disselhes que lhe dissessem verdade quall dellas o amaua mais. Disse a mayor que nom auia cousa no mundo que tanto amasse como elle, e disse a outra que o amaua tanto como ssy meesma, e disse a terçeira, que era a meor, que o amaua tanto como deve d'amar filha a padre". (105).

Desde que o mais importante para o **Nobiliário** é a narrativa histórica e não o diálogo, a narração nunca se faz no interesse dêste, como se verifica no romance, onde muitas vêzes tão íntimamente se ligam, que não é possível separá-los. No **Nobiliário**, bem como em Fernão Lopes, os **diálogos diretos** se separam quase completamente da narrativa; e como esta não conduz o leitor à interlocução, é necessário usar sempre de expressões que introduzam os diálogos; expressões que se repetem muito, denunciando, por um lado subalternidade dêstes à narração, por outro — não podemos negar — pobreza de recursos literários:

"disserom a elrrey" — "a esto rrespomdeo elrrey"
"e disse a rrainha" — "rrespomdeo emtom Affomssso Amrriquez", etc.

C. — Descrição

As descrições, como a narração, são impressionísticas: o historiador nem uma vez se detém na pintura de um retrato ou do cenário que envolve os acontecimentos; os autores do **Nobiliário** não manifestam, ainda, emoção artística em face da paisagem e das cenas históricas, o que só se verificará com Fernão Lopes, cujo espírito artístico tantas vêzes se tem louvado. Mas, embora impressionísticas, não faltam, às páginas descritivas, certos relevos de forma, côr e movimento:

(104) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 282.

(105) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 238.

“... Depois a cabo de tempo foy este dom Diego Lopez a fazer mall aos mouros, e premderomno e leuaronno pera Tolledo preso. E a seu filho Enhenguez Guerra pesaua muito de ssa prisom, e veo fallar com os da terra per que maneyra o poderiam auer fóra da prisom. E elles disserom que nom sabiam maneyra por que o podessem aver, salvando sse fosse aas montanhas e achasse sa madre, e que ella lhe daria como o tirasse. E el foy aláa sóo em çima de seu cauallo, e achoua em çima de huuma pena: e ella lhe disse “filho Enhenguez Guerra, vem a mym ca bem sey eu ao que uens:” e elle foy pera ella e ella lhe disse “veens a preguntar como tirarás teu padre da prisom”. Emtom chamou huum cauallo que andaua solto pello montee que avia nome Pardallo e chamou per seu nome: ella meteo huum freo ao cauallo que tiinha, e disselhe que nom fizesse força pollo dessellar nem pollo desemfrear nem por lhe dar de comer nem de beuer nem de ferrar: e disselhe que este cauallo lhe duraria em toda sa vida, e que numca emtraria em lide que nom vemçesse delle. E disselhe que caualgasse em elle e que o poria em Tolledo ante a porta hu jazia seu padre logo em esse dia, e que ante a porta hu o cauallo o posesse que alli deçesse e que acharia seu padre estar em huum curral, e que o filhasse pella mão e fizesse que queria fallar com elle, que o fosse tirando comtra a porta hu estaua ho cauallo, e que dèsque alli fosse que caualgasse em o cauallo e que posesse seu padre ante ssy e que ante noite seria em sa terra com seu padre: e assy foy”. (106).

“... A elrey Ramiro contarom este feito, e foy em tamanha tristeza que foi louco huuns doze dias: e como cobrou seu entendimento mamdou por seu filho o iffante dom Hordonho e por alguuns de seus vassallos que emtemdeo que eram pera gram feito, e meteosse com elles em çimquo galees ca nom pode mais auer. El nom quis levar galio-tes senom aquelles que emtemdeo que poderiam rreger as galees, e mamdou aos fidalgos que rremas-

(106) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 259.

sem em logar dos galliotes: esto fez el porque as galees eram poucas e por hirem mais dos fidallos e as galees hirem mais apuradas pera aquell mes-ter por que hia. E el cubrio as galees de pano verde e emtrou com ellas por sam Johane de Furado que ora chamam sam Johane da Foz. Aquelle logar de huuma parte e da outra era a rribeira cuberta d'arvores, e as galees emcostouas sô os rramos dellas, e porque eram cubertas de pano verde nom pareciam. E deçeo de noite á terra com to-dollos seus e fallou com ho iffante que sse deitasse a ssô as aruores o mais emcubertamente que o fazer podesse e per nenhuuma guisa nom sse abalasse atáa que ouuisse a uoz do seu corno, e ouuindoo que lhe acorresse a gram pres-sa. El vistiosse em panos de tacanho e sua es-pada e seu lorigom e o corno ssô ssy, e foisse sóo deitar a huuma fonte que estaua sô o castello de Gaya". (107).

As descrições, feitas com êste impressionismo, suficien-te para desenhar o quadro onde se desenvolve o drama, fa-zem-se com absoluto realismo, não denunciando nenhuma atitude preconcebida, nem de natureza estética, nem senti-mental, nem moral, o que já se não pode dizer de Fernão Lo-pes, tão apaixonado das descrições de cenas cavaleirescas, áulicas e guerreiras; e muito menos dos clássicos, tão sedu-zidos pelas descrições dos retratos. No *Nobiliário*, impressio-nisticamente focaliza-se qualquer aspecto da realidade, pois o que importa é recompor plásticamente um episódio, e não tirar efeitos estéticos dêste ou daquele cenário. O realismo descritivo do *Nobiliário* fixa por vêzes aspectos que diríamos a - históricos; pormenores que caberiam apenas numa no-vela; pormenores que mostram o narrador muito próximo da vida real, sentindo as personagens no plano da vida comum; pormenores que confirmam a nossa assertiva — que nos episódios dramatizados estão narradores expontâneos. Êsses pormenores continuam nas obras de Fernão Lopes, e consti-tuem um dos motivos do seu encanto.

Descrições de caracteres, retratos, quase que não se en-contram no *Nobiliário*. Êste gênero de descrição só foi lar-gamente cultivado pelos quatrocentistas e sobretudo pelos clássicos,

(107) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 275.

D — Dissertação

Do mesmo modo mínima é a parte **dissertativa**, de considerações pessoais do historiador em face dos fatos; aqui e ali um adjetivo a classificar moralmente o ato de uma personagem; o mais (a filosofia moral do historiador, sua concepção da história), que se depreenda, do contexto e do prólogo. Juízo crítico sobre a veracidade dos fatos narrados nas fontes — nada. Só no Título XXXV se põe em dúvida um relato de D. Pedro, o que, entretanto, é feito por um autor alheio à obra (108); no mais, sem espírito crítico, tudo se recebe do passado, se fixa e transmite à posteridade.

II — DIVERSO TRATAMENTO DA MATÉRIA HISTÓRICA

O **Nobiliário** trata a matéria histórica de dois modos: alguns fatos são vistos em toda a sua complexidade dramática e expostos com a técnica narrativa que acabamos de considerar; já outros estão muito simplificados, condensados em sucinta narração.

Quais as razões desse diverso comportamento narrativo?

Explicar a simplificação dos fatos é fácil: os autores do **Nobiliário**, para os quais não faltaram fontes com abundantes informações no que dizia respeito à história antiga e peninsular, — conscientemente reduziram essas fontes, uma vez que desejavam uma síntese histórica.

Mais difícil é explicar as amplificações narrativas, que aqui e ali se metem na síntese histórica, como parênteses dramáticos: o rei Lear e suas filhas; a luta do rei Artur com Mordoch; a guerra de Cavadres com Deus; as lutas de Afonso Henriques com sua mãe; a vingança do rei Ramiro contra a infidelidade de sua mulher; as lendas da “Dama Pé de Cabra”, da “Mulher Peixe”, etc.

A explicação que em princípio ocorre é que os autores do **Nobiliário** ampliaram apenas os fatos de mais interesse para a obra. Hipótese sugestiva, mas sem fundamento, porque o interesse do autor ou autores, em toda a obra, é moral, segundo diz o Prólogo; e se bem analisarmos esses episó-

(108) — V. o título IV do capítulo II deste trabalho: Processo de elaboração.

dios veremos que nem sempre respondem precisamente a esse objetivo moral. Além disso, os fatos que foram amplificados têm caráter tão diverso, que não é possível subordiná-los a um único objetivo. Por outro lado, como explicar, aceitando-se esta hipótese, que tenham tido interesse, para os autores, episódios como os que referimos, e não tenham tido interesse outros episódios, já não dizemos da história universal, mas pelo menos da história de Portugal, que tão de perto falavam à consciência nacional em gênese nos autores?

Outra hipótese que ocorreria é que as amplificações se fizeram por sugestões de contemporâneos, interessados em dourar suas origens com feitos heróicos. Hipótese também improvável, pois que os episódios amplificados nem sempre dignificam uma família, como é o caso da “Dama Pé de Cabra”, (109) que nos dá Enheguês Guerra como filho de uma mulher encarnação do Demônio; ou a história de Afonso I, que o apresenta completamente derrotado, e salvo depois pela lealdade de Soeiro Mendes; (110) ou a história dos Marinheiros, (111) que no-los dá também descendentes de uma bruxaria. E não é só: tivessem os fidalgos contemporâneos interferido na elaboração da obra, com sugestões para a amplificação deste ou daquele episódio, muitas mais seriam as amplificações, sobretudo de episódios próximos da elaboração da obra, e não apenas de episódios remotos. Porventura não foram os séculos XIII e XIV ricos de altos feitos da nobreza e da realeza?

Teremos, portanto, de aventar outra hipótese. Inicialmente verifiquemos o seguinte:

- 1.º) as amplificações são em reduzidíssimo número;
- 2.º) fazem-se com absoluto realismo histórico, sem nenhum parcialismo político, ou de classe, ou individual;
- 3.º) distribuem-se na obra sem nenhum critério.

Destas considerações podemos concluir que os episódios dramatizados, não o foram pelos autores do *Nobiliário*: já estavam dramatizados pela tradição oral. Naturalmente que o *Nobiliário* não os recebeu exatamente como no-los transmitiu: estilizou-os, refazendo os diálogos e recompondo, com

(109) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 258-259.

(110) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 255.

(111) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 383.

fidelidade, a parte narrativa, descritiva e dissertativa dos mesmos. Dêste modo podemos dizer que os fatos mitizados pela tradição, deformados pela taumatosis, pela megalosia e pela simbolosia popular (112) — fixaram-se no Nobiliário. O que se explica pelo conceito de história então dominante, a história como patrimônio coletivo, e ainda pela concepção realista da vida, concepção dominante no Nobiliário.

Se o Nobiliário não ampliou e dramatizou toda a matéria histórica, não foi porque seus autores desconhecêssem a técnica da narração dramática, suficientemente atestada nos apípodios que foram amplificados, e sobretudo nas novelas de cavalaria que então se escreveram. (113) Atende-se em toda a obra ao princípio da síntese narrativa, e só nos casos em que foi preciso recolher um episódio da tradição, rompeu o Nobiliário com o princípio estabelecido.

No século XV Fernão Lopes perfilhou diversa concepção da história: o historiador deve fazer a história, do ponto de vista dramático, como a faz do ponto de vista da interpretação moral e política dos fatos. O historiador deve montar a armação narrativa segundo os fatos que se consideram capitais; deve, depois, encher essa armação com o resultado de suas pesquisas e da imaginação artística.

Há, assim, nas obras de Fernão Lopes, labor narrativo individual, e equilíbrio dos elementos da narração. No Nobiliário o labor narrativo é bem diverso: recolheram-se fontes escritas, que foram traduzidas, reduzidas ou deduzidas, e estilizaram-se, com fidelidade, as lendas e narrativas elaboradas pela tradição.

III — CONCLUSÃO

As considerações que fizemos neste capítulo têm, a nosso ver, importância, porque definem o estilo narrativo de uma época; estilo que, se bem observarmos, é o mesmo de Fernão Lopes; com a diferença que Fernão Lopes, fazendo obra de criação pessoal — e com raro talento artístico — desenvolveu este estilo no sentido dos seus melhores efeitos estéticos.

(112) — Expressões usadas por Fidelino de Figueiredo (*A épica portuguesa no século XVI* pg. 18) para designar os processos coletivos de deformação da realidade.

(113) — V. *A demanda do Santo Graal*.

Por outro lado têm importância estas considerações, porque conduzem à teoria da colaboração coletiva na redação do *Nobiliário* (114): a história genealógica patrocinada e orientada inicialmente por D. Pedro nasceu de fontes escritas e de fontes populares.

(114) — Totalmente certa estaria a afirmação de Alexandre Herculano sobre a formação do *Nobiliário* se o mestre tivesse dado à expressão “obra escrita por um povo e por uma época” o sentido especial que ela, no caso, deve ter. (V. nota 51).

C A P Í T U L O V
O NOBILIÁRIO DO CONDE D. PEDRO E SUA
COMPREENSÃO DA REALIDADE NACIONAL

S U M Á R I O :

- I — As lutas de expansão.
- II — A política interna e externa.
- III — O Nobiliário em face da história política e militar de Portugal.
- IV — Conclusões. *

I — AS LUTAS DE EXPANSÃO

Quando Afonso VI entregou a D. Henrique de Borgonha o Condado Portucalense, concedeu ao genro, preso por deveres de vassalagem, o direito de ampliar o pequenino território D'Entre-Douro-e-Minho, conquistando novas terras aos mouros. Este direito estava claro; o que, entretanto, se não disse, porque se não previu, nessa concessão de direito, que era estímulo para o prosseguimento da Reconquista, é que novas terras viriam a pertencer exclusivamente ao nascente condado e não a Leão; e mais: não se previu que, nas diligências diplomáticas feitas junto da Santa Sé, para o reconhecimento da independência de Portugal, as conquistas portuguesas, sendo consideradas aumento da cristandade, ampliação da Seara de Deus, contribuiriam para levar o Papa Alexandre III a reconhecer a legitimidade do ato emancipador de Afonso I.

A história das conquistas territoriais portuguesas, na Idade Média, apresenta dois momentos distintos: as conquistas de D. Henrique de Borgonha, realizadas, pelo menos oficialmente, dentro de um plano hispânico; e as conquistas posteriores, feitas a partir de Afonso I, onde, ao lado dos mais elevados intuitos religiosos, declarava-se o primeiro objetivo da política portuguesa: defender, ampliar e definir o território nacional.

Os sentidos da expansão portuguesa podem ser representados por uma rosa-dos-ventos, se considerarmos a história completa dessa expansão; considerando-se apenas a Idade Média até D. Duarte, essa rosa-dos-ventos mostra-se incompleta: direção norte, este e sul. Sentido expansionista ainda pequeno para quem o vê de nossos dias, com diverso espírito político, e através do imperialismo oceânico do Renascimento; pequeno, é verdade, — mas na realidade correspondeu a um programa político prévia e realisticamente traçado, e programa que com D. Dinis se cumpriu integralmente.

Nessa incompleta rosa-dos-ventos, as primeiras direções tomadas foram a direção norte e este; tentativas de expan-

são contra Galizia e Leão, feitas ao tempo de D. Henrique de Borgonha, por quezílias de família, e continuadas, mas já num plano de política nacional, por Afonso I. Essas tentativas de conquista, se na realidade não significaram uma expansão territorial, serviram para definir fronteiras com o suserano da véspera, o que, ademais, também era importante para o país em formação.

Frustrada a tentativa de alargamento para o norte e este, tóda a força expansionista se volta definitivamente para o sul, para as terras não cristãs, o que equivaleria a dizer (vendo o mapa político do tempo de um ponto de vista apenas cristão) para as "terras de ninguém". No norte e no este, a força militar conquistadora substitui-se por forças de resistência necessária à manutenção das linhas limítrofes com a Galizia e Leão, e as hostes se concentraram, a começar com D. Sancho I, exclusivamente no sul. A política de expansão territorial confunde-se, assim, com a cruzada ecumênica, com a Reconquista.

Em Portugal, o que moveu as investidas contra os mouros foi, no fundo, um sentimento religioso puro, o mesmo que movera as cruzadas à Terra Santa. No fundo dos espíritos estava êsse sentimento, onde não faltava muito de emulação, — quando é verdade que perante a Igreja o valor dos novos Estados se media pela fôlha de serviço à causa da cristandade e pelo que se aumentava à Seara divina. Mas o sentimento religioso da cruzada portuguesa não excluía, nem impedia, um sentimento de menor significado humano, embora de maior significado para a nação em gênese — o sentimento nacional: aumentar o mundo cristão, mas também o patrimônio territorial do país. E tanto é verdade que o sentimento religioso e universal não excluía ou invalidava o outro, nacional, que a Igreja sempre reconheceu como legítimas as conquistas feitas em terras mouras; e mais: esta atitude da Igreja não escondia a finalidade de incentivar os cristãos, pelas vantagens materiais obtidas imediatamente, nas "guerras justas", a prosseguir na destruição do império de Maomé. Numa proporção mais reduzida, do mesmo modo que a Igreja perante os Estados, agiam os monarcas perante os vassallos: acendiam-lhes n'alma o ardor religioso necessário à guerra constante, e os compensava imediatamente com bens terrenos, pela posse de parte da presa tomada aos mouros.

Em nenhum país da Europa a luta religiosa contra os mouros respondeu tão imediatamente a interêsses vitais do país, como em Portugal. Ao lado do conceito de valor político de uma nação, fundado no apóio à luta contra os here-

ges, estabeleceu-se o conceito de valor pela extensão territorial. Um e outro conceito estimularam o espírito guerreiro dos portugueses, pondo-os, durante dois séculos, em permanente estado de guerra: era necessário, era vital crescer moralmente perante a Igreja, tanto pela guerra aos infiéis, como pela extensão territorial.

No fim do século XIII os mouros tinham sido banidos da faixa atlântica da Península. Os de Além-Guadiana ficaram, por necessidades da política externa, na alçada da Reconquista espanhola. Os da África deixaram-se para mais tarde, quando as forças nacionais permitiram uma aventura marítima, e em mundo quase desconhecido. Com o tratado de Alcanises (1297), D. Dinis pôs um ponto final na primeira fase do expansionismo português; e os interesses portugueses deixaram de ser sobre territórios alheios, para se concentrarem inteiramente no território nacional: continua-se a política de povoamento e administração das terras conquistadas; aumenta-se a propriedade da realeza; defende-se, ante possíveis investidas espanhola, o patrimônio territorial do país. A fase heróica da Reconquista segue-se, no século XIV, a fase da política territorial defensiva e administrativa, quando se escreveram páginas de tino diplomático e político, bem como de heroísmo, de devoção à causa nacional, como foi a Aljubarrota.

II — A POLÍTICA INTERNA E EXTERNA

Quando começaram a se formar os modernos Estados, a filosofia política e moral da Idade Média estava integralmente formulada e no auge do prestígio.

Para os poderes constituídos não houve, portanto, incógnitas políticas, como estas: que organização política adotar? como conseguir o equilíbrio das classes sociais? como definir geograficamente o país? que destino histórico buscar? que filosofia moral impor aos cidadãos? Estas perplexidades não há para a política dos primeiros governantes dos países em formação. Todo um ideário moral estava há séculos discutido e já em equação doutrinária numa literatura de "régia instrução", e, melhor ainda, estava impregnado nos espíritos. O papel dos governantes não foi, assim, na construção das nações novas, adivinhar-lhes os problemas e aspirações; procurar a resultante de ensaios e erros políticos, caminhar entre acasos, — mas servir de medianeiros (e a metáfora é medieval) na encarnação da doutrina divina, no

corpo do Estado em gênese. A história medieval dos países modernos não é a história de povos primitivos a se conduzirem com pobreza de recursos culturais através de problemas inesperados; é, antes, a história da encarnação de uma cultura amadurecida, em entidades políticas recém-formadas. (115).

Quando Portugal, num ato de rebeldia nacionalista, se desligou da suserania leonesa, quatro forças, três em evidência política (a realeza, a fidalguia e o clero) e uma latente (o povo), quatro forças, de diversa potência, mas com igual objetivo, — o poder, tinham de encontrar uma organização que as equilibrasse, sem o que não seria possível a existência do novo Estado ibérico.

As sugestões da filosofia política da Igreja e o exemplo de outros Estados levaram Portugal a encontrar no regime monárquico hereditário, a fórmula mais adequada à sua existência e à realização das aspirações nacionais; pois este regime concentra o poder na mão de um só, o que estava de acôrdo com a pequenez do país, e era vantajoso por estabelecer a unidade das forças internas necessárias à defesa da autonomia, bem como para levar a cabo a Reconquista. Conjugaram-se, portanto, no achado da fórmula política portuguesa dois fatores: a doutrina e o exemplo da época; as necessidades vitais do país.

De tal modo Portugal assimilou e glosou, o que ademais também fizeram outros Estados medievais, a doutrina teológico-política da época, que não é preciso muito esforço crítico para se fazer a anatomia de sua política interna durante a Idade Média, para se analisar o que em dois séculos se construiu, e até o século XV se defendeu.

De Afonso I até D. Duarte os atos políticos dos monarcas orientaram-se por este programa:

- 1) — Defender a monarquia hereditária.
- 2) — Estabelecer a perfeita hierarquia dos poderes: a) aumentando a força da realeza; b) diminuindo, consequentemente, o poder da aristocracia, embora fosse necessária sua imediata colaboração; c) restringindo a jurisdição da Igreja ao campo exclusivamente espiritual.
- 3) — Conjuguar todos os esforços no sentido do bem comum.

(115) — Este mesmo fato se verificou no campo das artes e da literatura dos países novos.

Até aqui os problemas capitais da política interna. E os da política externa?

Para Portugal não existiram apenas questões de política interna, mas também externa.

No momento em que se declarou a independência, criou-se na Península uma situação política inesperada: um inimigo comum — o sarraceno; e no campo da cristandade duas fôrças — Portugal e Leão — em sério antagonismo.

A primeira questão a entrar na agenda da política externa portuguesa teve de ser, assim, a defesa da autonomia ante o imperialismo dos espanhóis. Mas essa defesa teve de se fazer de modo que não pusesse em crise a coesão da cristandade. Não podemos dizer que apenas Portugal contribuiu para a solução do antagonismo luso-espanhol: há que ver aí o papel conciliador da Espanha e da Igreja. Mas se Portugal não tem a glória exclusiva da pacificação ibérica (pacificação temporária, porque a Espanha por séculos ainda conservou o ideal do “arredondamento ibérico”) — não se pode deixar de encarecer a habilidade da diplomacia portuguesa ante a pretensões espanholas.

Conseguido o reconhecimento da independência, pela Santa Sé, não acabaram as relações políticas entre Portugal e a Igreja. Importava que o nascente Estado estabelecesse, a exemplo do que vinham fazendo outros países, a perfeita colaboração dos poderes temporal e espiritual, o que só seria possível desde que se delimitassem as duas esferas de ação, desde que se definissem as duas jurisdições.

Com a Santa Sé nunca haveria perigo de guerra, nem se tratava, nas relações entre os dois poderes, de defesa da independência portuguesa. Mas nem por isso foram necessárias menos inteligência diplomática e menos energia nacionalista, que no caso do imperialismo espanhol. Época de grande prestígio da Igreja, época de acendrado espírito católico, a independência não significava mais que a tranquilidade de consciência religiosa dos monarcas, que a bênção papal sôbre os vassallos de um Estado, e o prestígio espiritual de uma república cristã no Império de Deus. Algumas vêzes Portugal se rebelou, e violentamente, contra o poder da Santa Sé, mas nunca o fêz num ato de heterodoxia, pois que a rebeldia se justificou sempre por uma defesa, senão direta, pelo menos indireta da causa cristã.

Como à autonomia se tivesse seguido a expansão, principalmente pela “guerra justa”, a política externa portuguesa se dirigiu também no sentido de conseguir o beneplácito da

Igreja para as cruzadas peninsulares, e, mais tarde, marroquinas; bem como no sentido de acordar com a Espanha alianças necessárias a investidas de maior vulto. Terminada para Portugal a Reconquista, ao tempo de Afonso III, as diligências da política externa, junto à Santa Sé e Castela, durante o século XIV, se reduziram a manobras e empenhos necessários à fixação das fronteiras peninsulares do país.

A política externa da Idade Média portuguesa esteve assim condicionada pelas constantes da política interna: defesa da autonomia perante a Igreja e perante o imperialismo espanhol; aumento e definição do patrimônio territorial.

III — O NOBILIÁRIO EM FACE DA HISTÓRIA POLÍTICA E MILITAR DE PORTUGAL

As lutas de expansão e estas questões de política interna e externa fizeram tóda a história medieval portuguesa. E como e em que medida as compreendeu o Nobiliário do Conde D. Pedro?

Na parte em que trata dos reis peninsulares, o Nobiliário limita-se a incidentais referências de episódios militares e políticos, como podemos ver nestes exemplos:

“... Quando rreynou rrey Rodrigo em Espanha veerom d’Africa rrey Abaly e Abozabar que era rrey de Marrocos e Amrra Molim. Emtom veo Taric e Eunter a Espanha, e arribou em Gibraltar com muytos e com grandes poderes. E veêrom a rrey Rodrigo aa batalha e lidarom com elle em o campo de Gagunera, e na primeyra fazemda forom maltreytos os mouros e forom arramcados os christãos e desbaratados. Em aquella batalha foy perdido rrey Rodrigo e nom ho acharom viuio nem morto. Mais a tempos longos depois em Viseu em huuma orta acharom hum sepulcro que deziam as leteras que hi eram escriptas que alli jazia rrey Rodrigo, o que foy perdido na batalha no tempo dos godos. Quando se perdeo rrey Rodrigo comquererom os mouros toda a terra atáa Galliza afóra as montanhas das Esturias. Em aquellas montanhas se acharom todallas gentes da terra que escaparom na batalha. E fezerom rrey por emliçom dom Palayo...” (116)

(116) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 248.

“... Este rrey dom Affomssso guerreou com mouros e fez muytas batalhas com elles e vençeos. E conquereo Lugo que era de mouros e Tuy e Portugall e Bragaa e Viseu e Laraua e Ledesma e Salamanca e Çamora e Astorga e... Todos foram de christaãos en o seu tempo e nunca se perderom.” (117)

No que diz respeito a Portugal, o *Nobiliário* não é menos sucinto, como se pode ver na parte relativa a Afonso I, em que se restringe a enumerar as cidades conquistadas aos mouros:

“... Depois ouuerom batalhas os seus com mouros nos campos d’Ourique, e vemçeromnas: e na postumeyra batalha que ell vemçeo dêz ali se chamou elrrey dom Affomssso de Portugal. Este rrey dom Affomssso foy muy nobre rrey e fez muyto bem per sas armas, e filhou Lixboa na era de mill e cemto e LXXXV annos no mes de oitubro. Na era de mill e çemto e nouemta e çimquo filhou Simtra e Almadaa e Palmella. Na era de mill e çemto e nouemta e seis filhou Alcaçer. Na era de mill e duzentos filhou Beja. Na era de mill e dozemos e quatro annos filhou a çidade d’Euora e Moura e Serpa. E tomou outros muitos logares que aquy nom comta”. (118)

Tratando dos reis posteriores a Afonso I, nem mais uma palavra sôbre as lutas da Reconquista.

No que se refere às contendas entre os Estados peninsulares, o *Nobiliário* é do mesmo modo resumido; longamente, só relata um episódio: as lutas entre Afonso I e D. Teresa. Da política interna e externa de Portugal, também muito pouco: a fala de D. Henrique de Borgonha a seu filho, em forma de conselhos morais e políticos.

Mais adiante, ligeiras referências as questões havidas entre Sancho II e Afonso III, e entre D. Dinis e seu filho D. Afonso (IV). Breves considerações sôbre a interferência de D. Dinis nos desentendimentos entre D. Jaime de Aragão e D. Fernando de Castela. Sôbre as questões políticas de Portugal com a Igreja, nem uma palavra.

(117) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 248.

(118) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 255.

Na II.^a parte da obra, isto é, nas linhagens dos fidalgos, é que, com mais frequência e mais detidamente, se relatam episódios da Reconquista e das lutas políticas entre os Estados peninsulares, ou entre a realeza e a fidalguia. Vejam-se, por exemplo, as narrativas sôbre o rei Ramiro (Título XXI, § 1.^o), sôbre Gonçalo Mendes da Maia (ib., § 2.^o) e sôbre D. Rodrigo Froiaz (ib., § 4.^o). Não é difícil perceberem-se as razões que determinaram maior desenvolvimento dos episódios históricos, nesta segunda parte da obra: em primeiro lugar, porque era, no espírito dos autores, a parte mais importante; em segundo, como declara D. Pedro (Prólogo), o **Nobiliário** se escreveu, entre outras razões, “por os mreys auerem de conhecer aos uiuos com merções por os merecimentos e trabalhos e grandes laziras que rreçerberom os seus auós em sse guaanhar esta terra da Espanha per elles”.

E’ curioso notar, ainda, que o **Nobiliário**, ao referir as contendas entre os Estados peninsulares, e as lutas políticas das classes sociais, adota uma atitude de absoluta imparcialidade, mesmo quando Portugal é um dos contendedores; com “realismo” e neutralidade relatam-se os episódios, como podemos ver dêstes exemplos, colhidos entre muitos:

“... Depôs este emviou desafiar o emperador e tornou-lhe seu amor, e foyse pera Portugall e nom achou hu sse acolher, ca toda a terra se lhe alçou com sa madre. E ella casarasse com ho comde dom Fernamdo de Trastamar que era em aquell tempo o melhor homem d’Espanha que rrey nom fosse. Affomssso Amrriquez furtou dous castellos a ssa madre, hum foy Neuha e o outro o castello da Feyra que he em terra de santa Maria. E com aquelles guerreou ell muy rryjo com seu padra. E disse o comde dom Fernamdo “Affomssso Amrriquez nom amdemos em este preyto, vaamos hum dia aa fazemda e ou sayremos nós de Portugall ou uós”. Respomdeio emtom Affomssso Amrriquez “nom deuia prazer a Deus porque me vós queredes sacar da terra de meu padre:” e a madre disse emtom “minha he a terra e minha será, ca meu padre elrrey dom Affomssso ma leixou”. E o comde disse a ella “nom amdemos em esto, ou vemçeremos ou leixaremos a terra a vosso filho se mais poder que nós:” e veerom aa fazenda em Guimaraães. E disse a rrainha “comde, comvosco quero emtrar na fazemda e estarey na az e averedes

que fazer pollo meu amor: e todauia premedede Affomssso Amrriquez meu filho, ca melhor poder teendes vós ca elle”. A fazemda foy feita em Guimaraães, e foy arrancado Affomssso Amrriquez e muy maltreito. E el himdo huma legoa de Guimaraães achousse com Soeyro Meemdes que o viinha ajudar e disse “como viindes assy senhor?” respomdeo emtom Affomssso Amrriquez “venho muy mall, ca me arramcou meu padraсто e minha madre que estaua com elle na az”. E o Soeyro Meemdez lhe disse “nom fezeste siso que aa batalha foste sem mym, mais tornadeuos como de cabo aa fazemda e eu hirey comvosco, e premederemos vosso padraсто e uossa madre com el’”: e disse Affomssso Amrriquez “Deus mamde que assy seja.” e dom Soeyro Meemdez lhe disse “vós veeredes que assy será”. E tornaromse com elle aa batalha e premedeo seu padraсто e sa madre”. (119)

Relato sem dúvida muito mais próximo da realidade histórica, que o das crônicas do século XV: Afonso Henriques, completamente derrotado, é salvo por Soeiro Mendes; D. Fernando de Trastamara, o intruso, como diriam os cronistas posteriores, é visto sem ressentimentos nacionalistas:

“dom Fernando de Trastamar que era em aquell tempo o melhor homem d’Espanha que rrey nom fosse”. (120)

“... E dom Joham Pirez da Maya foy muy valente e muy bom cavalleiro d’armas, e derribou sete caualleiros em huuma agra de linho de senhas lamçadas que lhes deu: e a lide nom durou muito. E dom Martim Samchez vemçeo os de Portugall: e indo pello emcallço delles contra Bragaa seu passo e passo alcançou dom Gill Vaasquez de Souerosa com sa espada na mão que sse hiia detendo seu passo e passo e trauoulhe no braço e filhoulhe a espada da mão e disselhe “já padre já, ca assaz lidastes”. Emtom o emuiou após os... ca o nom quis premeder: e depois que todos foram arranca-

(119) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 255.

(120) — V. *PMH-Scrip.*, pg. 255.

dos e que nom pareço nenhum tornouse pera Varzea. E elles emuiaromlhe dizer que em outro dia queriam lidar com' elle amtre Bragaa e Varzea: e disselhes que lhe prazia muyto. E em outro dia gram menhaam moueo pera alá e achou estar aquelles homeens boos com aquellas companhas aallem das comgostas de Bragaa comtra homde el viinha: e er meterom mãaos a lidar e vemçeos dom Martim Sanchez..." (121)

D. Martim Sanches, "adiantado" em terras leonesas, a serviço de D. Afonso de Leão, entra em Portugal, opera façanhas, derrota os portugueses e aí estão, na pena de um historiador luso, as vitórias e o elogio do cabo de guerra leonês.

IV — CONCLUSÕES

O que dissemos neste capítulo há de causar estranheza e decepção: o *Nobiliário do Conde D. Pedro*, escrito numa época em que se saía de dois séculos de heróicas lutas de conquista, e numa época em que ainda se viviam agitados dramas políticos, pouco recolheu da intensidade da vida, e nada reflete do nacionalismo que construiu a nação e a manteve livre.

Quem penetrar no *Nobiliário*, quem compreender seus objetivos e seu caráter, não cremos que experimente essa estranheza e se decepcione pelo modo como êle compreendeu a realidade nacional.

Entendamos que o *Nobiliário* não pretendeu ser, nem é, uma história política de Portugal, como as crônicas de Fernão Lopes. É uma história genealógica da realeza e fidalguia peninsulares. Além disso, história genealógica orientada pela concepção teológica do mundo e escrita com dois principais objetivos morais:

a) mostrar, através de uma narração "realista" e absolutamente imparcial, o drama da humanidade, a lutar entre o Mal e o Bem, e a reconhecer, ante a justiça divina, a necessidade da Redenção;

b) mostrar que, sendo os reis e fidalgos peninsulares irmãos perante Deus, e parentes pelo sangue, — mais se obrigavam à virtude da amizade, do amor, virtude que Deus

(121) — V. *PMH-Scrip.*, pgs. 294-295.

prescreveu nos Mandamentos, e tão necessária era no seio da cristandade:

“... nenhum melhor serviço nom pode o homem fazer que amalo (a Deus) de todo seu sem, e seu proximo como ssi meesmo, porque este precepto “he ho” que Deus deu a Moysés na vedra ley”.
(122).

Nobre concepção da história; tipicamente medieval pelo que tem de teológica e ecumênica.

(122) — *Nob.* Prólogo.

SÚMULA

I — A Idade Média portugüesa apresenta duas épocas históricas: I.^a ÉPOCA (da fundação da monarquia até Afonso III) — é a juventude do mundo português; época em que se constrói a nacionalidade, e em que há mais empenho em empreender grandes feitos que em compreender a vida circundante. II.^a ÉPOCA (de D. Dinis a D. Duarte — D. Pedro) — é a época em que começa a compreensão da realidade imediata, da realidade nacional. Um dos aspectos dessa compreensão é a que se refere à história.

II — A obra mais importante da compreensão da história, no século XIV, é o Nobiliário do Conde D. Pedro de Barcelos.

III — Não se pode estudar o Nobiliário de D. Pedro, sem o conhecimento das crônicas monacais anteriores e contemporâneas, e dos demais nobiliários, pois há, entre todos estes monumentos da primitiva historiografia portugüesa, muitos pontos de contacto.

IV — O Nobiliário de D. Pedro distingue-se dos cronicões principalmente por ser obra secular, com objetivos civis e não religiosos; distingue-se dos Livros Velhos, sobretudo do I.^o Livro Velho, por ser histórica genealógica e não catálogo genealógico. Do mesmo gênero, histórica genealógica, é o Nobiliário da Ajuda, escrito no fim do século XIV e pautado no Nobiliário do Conde.

V — A história genealógica de D. Pedro foi escrita não apenas com finalidades práticas, como o I.^o Livro Velho, mas sobretudo com finalidades morais: a) — demonstrar a unidade teológica da história; b) — demonstrar o Providencialismo divino na história; c) — demonstrar a predestinação da humanidade para a restauração do Império de Deus; d) — demonstrar que a história da humanidade se resume na luta entre o Bem e o Mal, e que o Bem é sempre premiado por Deus; e) — demonstrar a necessidade da redenção do

homem, em pecado desde a queda adâmica; f) — acordar no coração dos reis e fidalgos de Espanha o sentimento da amizade, devido entre cristãos e entre parentes.

VI — D. Pedro não é o único autor do Nobiliário; é um colaborador, — mas colaborador num sentido muito especial: inspirou a obra e patrocinou-a; os demais autores ficaram na posição de anônimos colaboradores.

VII — O Nobiliário foi começado entre 1314 e 1325, e terminado no fim do século XIV (época de D. Fernando, 1367-83). Na época de D. Manuel (1495-1521) foi refundido. O códice que possuímos é o manuelino. O Nobiliário é fruto de complexo processo de elaboração: texto primitivo: acréscimos epentéticos e paragógicos: refundição (manuelina).

VIII — O texto primitivo, segundo o plano de D. Pedro (expresso no Prólogo), tinha apenas os XXI primeiros capítulos. Os restantes 55 foram acrescentados até o fim do século XIV.

IX — O Nobiliário perfilha uma concepção da história que é hebraico-cristã, concepção que domina na Idade Média portuguesa até o fim do século XIV. Caracteriza essa concepção: a) — universalismo; b) — Providencialismo e predestinação; c) — história moral; d) — história realista; e) — unidade teológica e genealógica da história. Com Fernão Lopes inaugura-se em Portugal outra concepção da história: história nacional, política e régio-cêntrica.

X — O Nobiliário se escreveu com uma técnica narrativa que o distingue das obras quatrocentistas e clássicas. Há no Nobiliário duas maneiras de expor o fato histórico: a) — sinteticamente, reduzindo-se o relato quase que exclusivamente à narração; b) — plásticamente: o fato é visto em toda a sua complexidade, e no relato há narração, diálogo, descrição e dissertação. Os dois processos são conscientes: o primeiro predomina, pois o que os autores desejam, em princípio, é uma sintética história genealógica; o segundo se usa quando se trata de arquivar lendas e narrativas conservadas e mitizadas pela tradição.

XI — O Nobiliário não compreende toda a história nacional, tão intensa nos séculos XII, XIII e XIV. Se assim procede não é porque falte aos seus autores conhecimento,

mas porque seu objetivo não é escrever uma história nacional, e sim uma história universal das linhagens reais e uma história das linhagens fidalgas da Península. Os autores do Nobiliário têm consciência nacional, mas não são historiadores nacionalistas e não perfilham opiniões políticas partidárias ou pessoais: vêem a história de um ponto de vista moral, transcendentemente moral. Perfilham, assim, uma concepção da história diversa da que dominou, depois de Fernão Lopes.

BIBLIOGRAFIA

Citam-se nesta bibliografia apenas as obras consultadas para a elaboração deste trabalho.

- ABRAHAM, Richard D.: — *A portuguese version of Barlaam and Josaphat, Filadelfia*, 1938.
- ABREU, J. M. de: — *Memórias históricas da Universidade de Coimbra*, in "Instituto", I-II.
- AFONSO X: — *Las siete partidas*, ed. R.A.H., Madrid, 1807.
-
- Crónica general (Primera)*, ed. Menéndez Pidal, 1906.
-
- História geral de Espanha*, ed. António Nunes de Carvalho, Coimbra, 1863.
- AGOSTINHO, Frei Joaquim de Santo: — *Memória sôbre os códices manuscritos, e cartório do Real Mosteiro de Alcobaca*, in vol. V.º das "Mem. da Lit. Port.", Acad. das Ciências de Lisboa, 1793.
- ALMEIDA, Fortunato de: — *História de Portugal*, Coimbra, 1924.
-
- História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1912.
- ALVARES, rei João: — *Crónica do Infante Santo*, coimbra, 1911.
- AMARAL, António Caetano do: — *Para a história da legislação e costumes em Portugal*, Pôrto, 1945.
- AMEAL, João: — *Santo Tomás de Aquino*, Pôrto, 1938.
-
- História de Portugal*, Pôrto, 1948.
- AMÓRA, António Soares: — *D. Duarte e o "Leal conselheiro"*, Boletim de Letras n.º 5 (no prelo).
- ANSELMO, António: — *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional*, Lisbôa, 1926.
- AZEVEDO, Gonzaga de: — *História de Portugal*.
- AZEVEDO, Pedro de: — *Documentos das chancelarias reais*, Lx., 1915.
- BARROS, Gama: — *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lx., 1885.
- BELL, Aubrey F. G.: — *A literatura portuguesa*, Coimbra, 1931.
- BÍBLIA SAGRADA: — Trad. Pd. João Ferreira D'Almeida, Nova York, 1883.
- BOAVENTURA, Frei Fortunato de São: — *Coleção de inéditos portugueses dos séculos XIV e XV*, Coimbra, 1829.

BRAGA, Teófilo: — *História da Universidade de Coimbra*, Lx., 1892.

Recapitulação da história da literatura portuguesa — Idade Média, Pôrto, 1909.

BRANDÃO, Frei Francisco: — *Monarquia lusitana*, V e VI partes, ed. respectivamente, Lx., 1650, 1752; Lx., 1672, 1751.

CALMETTE, Joseph: — *L'élaboration du monde moderne*, Paris, 1934.

La société féodale, Paris, 1938.

CANCIONEIRO da Ajuda: ed. Henry Carter, Nova York, 1941.

CANCIONEIRO da Vaticana: ed. Teófilo Braga, Lx., 1878.

CANTIGAS de amor dos trovadores portugueses e cantigas de amigo dos trovadores portugueses: Ed. J. J. Nunes, Coimbra, 1928-1932.

CAMPOS, Agostinho de: — *Alvorecer da prosa literária sob o signo de Avis*, in "Hist. lit. port. ilustrada", I, 152-175.

CASTRO Y CALVO, José Maria: — *El arte de gobernar en las obras de Don Juan Manuel*, Barcelona, Inst. Antonio de Nebrija, 1945.

CARDIM, Luis: — *Estudos de literatura e linguística*, Pôrto, 1929.

CARTER, Henry: — *Paleographical edition and study of the language of a portion of Codex Alcobacensis 200*, Filadélfia, 1938.

Paleographical edition of an old portuguese version of the Rule of Saint Bernard, Filadélfia, 1940.

CARVALHO, Artur A. da Silva: — *Catálogo das obras do século XV pertencentes à Biblioteca Pública Municipal do Pôrto*, Pôrto, 1897.

CARVALHO, Joaquim de: — *Cultura filosófica e científica*, in "Hist. de Port. — ed. Damião Peres", IV, 487 sgs.

Desenvolvimento da filosofia em Portugal durante a Idade Média, Coimbra, 1927.

Instituições de cultura, in "Hist. de Port. — ed. Damião Peres", II, 599 sgs.; IV, 241 sgs.

O pensamento português da Idade Média e do Renascimento, in *Rev. Fac. Letras*, IX, 244.

CARVALHO, Martins de: — *O Livro da virtuosa benfeitoria*, Coimbra, 1925.

COSTA, Antônio da: — *História da instrução popular em Portugal desde a fundação da monarquia*, Pôrto, 1900.

COSTA, Joaquin: — *Estudios jurídicos*.

CRÔNICA DOS CINCO REIS DE PORTUGAL (inédito quatrocentista), ed. diplom., e prólogo de A. de Magalhães Basto, Pôrto, 1945.

CRÔNICA do Condeável de Portugal Dom Nuno Alvares Pereira, Coimbra, 1911.

CUNHA, Arlindo Ribeiro da: — *A língua e a literatura portuguesa*, Braga, 1945.

CIDADE, Hernani: — *Lições de cultura e literatura portuguesas*, I.º vol., 2.ª ed., Coimbra, 1942.

DEUSDADO, Ferreira: — *Esbôço histórico da filosofia em Portugal no século XIX*, Lx., 1898.

D. DUARTE: — *Leal conselheiro*, Lx., Bertrand, 1942.

Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela, Lx., Bertrand, 1944.

D. JOÃO: *Livro da montaria*, Coimbra, 1918.

D. PEDRO: *Livro da virtuosa benfeitoria*, Pôrto, 1910.

ENTWISTLE, William J.: — *A lenda arturiana nas literaturas da península ibérica*, Lx., 1942.

ERICEIRA, Conde de: — *Vida e ações del-rei D. João I*, Lx., 1677.

FERREIRA, Leitão: — *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra*, Lx., 1729.

FIGUEIREDO, Fidelino de: — *A épica portuguesa no século XVI*, S. Paulo, 1938.

Bibliografia portuguesa de filosofia, in “*Revista de História*”, XI, Lx., 1922.

História literária de Portugal, Coimbra, Nobel, 1945.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira: — *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*, S. Paulo, 1946.

GALVÃO, Duarte: — *Crônica del-rei Afonso Henriques*, Lx., 1906.

GRAAL, *A demanda do Santo Graal*, Rio, Imp. Nac., 1944.

HERCULANO, Alexandre: — *Memória sôbre a origem provável dos livros de linhagens*, in “*Mem. da Acad.*” (2.ª classe) I, I.ª, pgs. 35 sgs.

Os livros de linhagens, in PMH-Scrip.

Portugaliae Monumenta Historica (PMH), Lx. 1856-1867; 1888-1936.

História de Portugal, Lx., s/d.

Opúsculos, Lx., 1907.

HINOJOSA, : *De la influencia que tuvieron en el derecho público de su pátria... los filósofos y teólogos españoles*, Madrid.

HISTÓRIA DA LITERATURA portuguesa ilustrada (HLP-I), Direção de Albino Forjaz de Sampaio, Lx.-Pôrto, s/d.

HISTÓRIA DE PORTUGAL (Ed. Monumental) (HP-Ed. mon.), Direção de Damião Peres, Barcelos, 1928-1935.

LANDIM, Gaspar Dias de: — *O infante D. Pedro*, Lx., 1892.

LAVANA, João Batista: — *Nobiliário de D. Pedro, Conde de Barcelos. Ordenado e ilustrado com notas y índices por...*, Roma, 1640.

LEÃO, Duarte Nunes de: — *Genealogia verdadeira de los Reys de Portugal...*, 2.ª ed., Lx., 1608.

Primeira parte das crônicas dos reis de Portugal, 1.ª ed., Lx., 1640.

(O) LIVRO DA CÔRTE IMPERIAL: Pôrto, 1910.

LOBO, Costa: — *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lx., 1904.

O Rei, in *Anais das Bibl. e Arquivos*, II, 91.

LOPES, Fernão: — *Crônica de D. Pedro I*, Barcelos, 1932.

Crônica de D. Fernando, Lx., 1897.

Crônica del-rei D. João I, Lx., 1897.

LAPA, Rodrigues: — *Lições de literatura portuguesa*, 2.^a ed., Coimbra, 1943.

Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média, Lx., 1929.

MADAHIL, A. G. da Rocha: — *A política de Afonso V apreciada em 1460*, in “*Biblos*”, VII, pgs. 264-265.

MARTINS, Abílio: — *A filosofia de Raimundo Lulu na literatura portuguesa medieval*, in “*Brotéria*”, vol. XXXIV.

Literatura judaica e “A Côte Imperial”, in “*Brotéria*”, vol. XXXI.

MELO, A. F. de Ataíde e: — *Inventário dos códices alcobacenses*, Lx., Bib. Nacional.

MENINO, Pero: — *Livro de falcoaria*, Coimbra, 1931.

MERÉA, Paulo: — *Estudos de história do Direito*, Coimbra, 1923.

Novos estudos de história do Direito, Barcelos, 1937.

As teorias políticas medievais no “Tratado da virtuosa benfeitoria”, in “*Rev. Hist.*”, VIII.

A guerra justa segundo Alvaro Pais, in “*O Instituto*”, vol. 64.

ORDENAÇÕES AFONSINAS, Coimbra, 1786.

PAGANO, Sebastião: — *Aspecto moral da genealogia*, in “*Rev. Inst. Hist. Genealg.*”, IV-V, n.º 8.

PAIS, Álvaro: — *De planctu Ecclesiae*, 2.^a, 1560.

PIMENTA, Alfredo: — *À margem do “De regimine principum”*, in “*Estudos filosóficos e criticos*”, pgs. 131-137.

PINA, Rui de: — *Crônica de Sancho I*, Lx., 1727.

Crônica de D. Afonso II, Lx., 1727.

Crônica de D. Sancho II, Lx., 1728.

Crônica de D. Afonso III, Lx., 1728.

Crônica de D. Dinis, Lx., 1729.

Crônica de D. Afonso IV, Lx., 1653.

Crônica de D. Duarte, Lx., 1790.

-
- Crônica de D. Afonso V*, Lx., 1790.
-
- Crônica de D. João II*, Lx., 1790.
- REGO, J. Teixeira: — *A literatura*, in "HP-Ed. mon.", II, 566.
- ROMA, Frei Gil: — *De regimine principum*, Fribourg, 1904.
- SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio: — *A cùria régia portuguesa*, Madrid, 1915.
- SANTARÉM, Visconde de: — *Quadro elementar*, Lx., 1866.
- SARAIVA, Cardeal: — *Obras completas*, Lx., 1847.
- SCHNEIDER, Hermann: — *Filosofia de la história*, Barcelona, 1931.
- SOUSA, Antônio Caetano de: — *História genealógica da casa real portuguesa*, Lx., 1735-1748.
- SPINOLA, F. E. de Tejada: — *Las doctrinas políticas em Portugal*, Madrid, 1943.
- SANTO TOMÁS DE AQUINO: *Suma Teológica*, in Ob. Comp., Paris, Vivès, 1872-1880.
-
- Do govêrno dos Príncipes*, S. Paulo, 1946.
- THOMAZ, Lothar: — *Contribuição para a história da filosofia portuguesa*, I.º vol., Lx., 1944.
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis de: — *Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria*, sep. "Rev. Lusitana", vol. XIII.
-
- Groebers Grundriss*, 1894.
-
- Cancioneiro da Ajuda*, 1904.
- VASCONCELOS, Antônio de: — *Um documento precioso*, in "Rev. da Univ. de Coimbra", vol. I.
- VEDEL, Valdemar: — *Ideales de la edad média*, Barcelona, s/d.
- VEIGA, A Botelho da Costa: — *Os nossos nobiliários medievais*, Lx., 1943.
- VITERBO, Sousa: — *A livraria real, especialmente no reinado de D. Manuel*, Lx., 1901.
- WULF, Maurice de: — *Histoire de la philosophie médiévale*, Paris, 1934.
- ZURARA, Gomes Eanes de: — *Crônica da tomada de Ceuta*, Lx., 1915.
-
- Crônica do descobrimento e conquista de Guiné*, Paris, 1841.
-
- Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lx. 1793.
-
- Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, Lx., 1792.

Í N D I C E

	<i>pág.</i>
Prefácio	5
INTRODUÇÃO I — O díptico medieval — 9. II — Características da II. ^a Época Medieval: a) Iniciação crítica — 12. b) Reflexão sôbre o mundo interior — 14. c) Reação racionalista — 16. d) Reflexão sôbre a vida política — 20. e) Formação da consciência histórica — 26.	7
CAPÍTULO I — PROLEGÔMENOS CRÍTICOS AO NOBILIÁRIO DO CONDE D. PEDRO. O códice — 33. Época da elaboração — 34. Problema da autoria — 36	31
CAPÍTULO II — ANÁLISE DA OBRA. Finalidades da obra — 41. Caráter do Nobiliário — 46. Plano e conteúdo — 48. Processo de elaboração — 51	39
CAPÍTULO III — A CONCEPÇÃO DA HISTÓRIA NO NOBILIÁRIO DO CONDE D. PEDRO. Introdução — 59. Universalismo histórico — 61. Providencialismo e predestinação — 64. História moral — 68. Realismo histórico — 69. História genealógica — 72	57
CAPÍTULO IV — TÉCNICA NARRATIVA. A técnica narrativa do Nobiliário — 77. Diverso tratamento da matéria histórica — 84. Conclusão — 86	75
CAPÍTULO V — O NOBILIÁRIO DO CONDE D. PEDRO E SUA COMPREENSÃO DA REALIDADE NACIONAL. As lutas de expansão — 91. A política interna e externa — 93. O Nobiliário em face da história política e militar de Portugal — 96. Conclusões — 100.	89
SÚMULA	103
BIBLIOGRAFIA	109
Índice	115

**PUBLICAÇÕES DA CADEIRA DE LITERATURA
PORTUGUESA:**

- LETRAS — n.º 1: Fidelino de Figueiredo — *A épica portuguesa no século XVI*, 1938 (esgotado).
- LETRAS — n.º 2: Bartolomé Torres Naharro — *Comédia trofea* (reimpressão prefaciada por Fidelino de Figueiredo) 1942 (esgotado).
- LETRAS — n.º 3: Fidelino de Figueiredo — *Viajantes espanhóis em Portugal* (Texto do século XVIII publicados e prefaciados por —), 1947 (esgotado).
- LETRAS — n.º 4: António Soares Amóra — *O Nobiliário do Conde D. Pedro*, 1948.
- LETRAS — n.º 5: António Soares Amóra — *D. Duarte e e "Leal conselheiro"* (no prelo).

